



ISSN On-line 2237-8057 v. 16 n. 1 (2024)

# Edição Especial

**ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE MOBILIDADE POPULACIONAL NA AMÉRICA DO SUL:  
Estratégias administrativas e impactos socioeconômicos**

**Denise Figueiró Mendes  
Emerson Clayton Arantes  
Organizadores**



**Revista de Administração de Roraima**

**Vº16**

**EDIÇÃO ESPECIAL  
ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE  
MOBILIDADE POPULACIONAL NA  
AMÉRICA DO SUL  
estratégias administrativas e impactos  
socioeconômicos**

Org. Denise Figueiró Mendes e Emerson Clayton Arantes



**CADECON**

REVISTA VINCULADA AO CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS  
E ECONÔMICAS (CADECON)

ISSN On-line 2237-8057

## Ficha catalográfica

Revista de Administração de Roraima da Universidade Federal de Roraima n. 1, v. 16 (2024) - . - Boa Vista: Editora UFRR, 2024-Periodicidade: Fluxo Contínuo.

ISSN On-line 2237-8057

1. Periódicos. 2.Ciências Administrativas. 3.Economia. 4. Relações Internacionais. - Universidade Federal de Roraima.

Revista vinculada ao Centro de Ciências Administrativas e Econômicas (CADECON)

CDU:0 (05)

## Revista de Administração de Roraima

### Editor Chefe

Dr. Emerson Clayton Arantes (UFRR)

### Editor Adjunto

Dra. Geórgia Patrícia da Silva Ferko (UFRR)  
Dr. Luis Cláudio de Jesus Silva (UFRR)

### Secretaria Executiva

Cleane da Silva Nascimento (UFRR)

### Conselho Editorial

Dr. Emerson Clayton Arantes (UFRR)  
Dr. Eloi Martins Senhoras (UFRR)  
Dra. Geórgia Patrícia da Silva Ferko (UFRR)  
Dr. Carlos Vicente Joaquim (UFRR)  
Dr. Luis Cláudio de Jesus Silva (UFRR)  
Dr. Max André Araújo Ferreira (UFRR)  
Dr. Meire Joisy Pereira (UFRR)

### Apoio



### Financiamento



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). Mediante ao Edital nº: 11/2023 - PROGRAMA DE APOIO A EVENTOS NO PAÍS (PAEP). Projeto nº: PAEP 20232474174P. Auxílio Financeiro a Projeto Educacional e de Pesquisa (AUXPE) nº: 2623/2023, processo nº: 88887.880076/2023-00 e 88881.880077/2023-1

### Prestador de serviço



**POÍMA**

Editora Poíma

Rua Ana Cecília Mota da Silva, nº 732, Jardim  
Floresta Boa Vista – RR – Brasil  
Site: editorapoiima.com  
E-mail: editorapoiima@gmail.com  
Fone: + 55 95 991171663

#### Capa

George Brendom Pereira dos Santos  
(Editora Poíma)

#### Diagramação

George Brendom Pereira dos Santos  
(Editora Poíma)

#### Revisão Ortográfica Português e Espanhol

Lêssa Cristina Viana Kirch  
(Editora Poíma)

#### Transcrição de Áudio

Lêssa Cristina Viana Kirch  
(Editora Poíma)

## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	4
Duval Fernandes	
<b>A DIÁSPORA VENEZUELANA - DESTINOS, ATORES E IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS NA VENEZUELA</b> .....	8
Tomás Páez Bravo	
<b>INTEGRACIÓN SOCIOECONÓMICA DE LA DIÁSPORA VENEZOLANA EN CHILE: INSUMOS PARA UNA DISCUSIÓN</b> .....	19
Jorge Dehays Rocha	
<b>COLOMBIA: IMPACTOS EN EL EMPLEO Y LOS INGRESOS LABORALES DE LA MIGRACIÓN DESDE VENEZUELA - CONCLUSIONES DE 25 TRABAJOS DIFUNDIDOS ENTRE 2018 Y 2023</b> .....	35
William Mejía Ochoa	
<b>EXPLORANDO AS DINÂMICAS DA OPERAÇÃO ACOLHIDA: IMPACTOS DO LIVRE TRÂNSITO DE VENEZUELANOS NAS FRONTEIRAS BRASILEIRAS SOBRE A REDE DE COOPERAÇÃO E O ACOLHIMENTO DE MIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL</b> .....	50
Telmo Santiago Borges	
<b>GOVERNANÇA DIGITAL MIGRATÓRIA E A GESTÃO DE DADOS NA FRONTEIRA BRASIL-VENEZUELA</b> .....	55
Julia Camargo; Amanda Alencar	
<b>ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA PARA MIGRANTES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BOA VISTA - RORAIMA - BRASIL</b> .....	61
Francisca Silva; Luana Wunsch	
<b>MIGRAÇÃO VENEZUELANA: A SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO COMO ESTRATÉGIA MIGRATÓRIA</b> .....	66
Duval M. Fernandes; Denise F. Mendes	
<b>FLUXOS MIGRATÓRIOS NA FRONTEIRA BRASIL - GUIANA</b> .....	72
Pâmela Viera da Silva; Altiva Barbosa da Silva	
<b>POLÍTICAS MIGRATÓRIAS ITALIANAS EM RELAÇÃO À MIGRAÇÃO NO MEDITERRÂNEO CENTRAL: GOVERNOS CONTE, DRAGHI E MELONI (2018-2023)</b> .....	78
Alfonso Domingos Velasquez; Mônica Natalice Ferreira; Arthur Bernardes de Oliveira	

---

## PREFÁCIO

O presente documento é a compilação de palestras e de trabalhos selecionados que foram apresentados no Encontro Internacional sobre Mobilidade Populacional na América do Sul: estratégias administrativas e impactos socioeconômicos, em março de 2024, na Universidade Federal de Roraima (UFRR).

O objetivo maior do Encontro foi o de debater o fenômeno da mobilidade humana venezuelana no contexto dos países da América do Sul, em especial no Brasil, na Colômbia, no Chile e no Peru, colocando em evidência as transformações e os impactos socioeconômicos causados pela diáspora venezuelana nesses países e na própria Venezuela. Esse balanço envolveu debates sobre estratégias, gestão, políticas, mercado de trabalho, mudanças nos padrões de produção e consumo, além de trazer o modelo e gestão das “Redes de Cooperação” institucionais e organizacionais inseridas no atendimento e acolhimento da população migrante.

Compõem essa publicação textos elaborados a partir das palestras realizadas por pesquisadores convidados, a primeira parte, e a compilação dos resumos expandidos dos trabalhos apresentados na sessão de contribuições acadêmicas.

Na primeira parte da publicação, diversos aspectos da migração venezuelana são tratados em contextos de países da América do Sul. A dimensão da migração venezuelana em termos numéricos e destinos foi apresentado pelo Professor Tomás Páez, coordenador do Observatório da Diáspora Venezuelana. O autor indicou, como afirma o BID, que a crise econômica vivenciada pela Venezuela não tem precedente na América Latina. O País chegou a ter redução do produto interno bruto mais intensa do que em outras regiões dais quais há situação de conflito armado. O autor chama a atenção para a reiterada e constante violação de direitos humanos no país, fato constatado por diversas agências internacionais. Nesse quadro de visíveis vulnerabilidades, a saída dos venezuelanos seria não só a busca por melhores condições de vida, mas, para alguns, a única forma de escapar de um fatídico destino. Nesse contexto, a criação do Observatório vem atender a essa nova geografia de nacionais da Venezuela criada pela diáspora, acompanhando os deslocamentos, criando redes de informação e de contatos, fornecendo informações e agindo no processo de incidência junto às sociedades de acolhida e junto às autoridades locais, no sentido de contribuir para que essa migração seja realizada de forma regular e segura.

O Professor Jorge Dehays Rocha, da Universidade do Chile, no texto “Integração da diáspora venezuelana no Chile: insumos para discussão” apresenta informações sobre a importância da migração para a sociedade chilena. Ganha destaque a crescente importância da migração internacional no Chile, onde, em 2022, os imigrantes representam 8,6% da população total do país, com especial destaque para a presença

de venezuelanos, que representam mais de 55,0% do total dos não naturais residentes no país. Percentual esse elevado, mas aquém do observado no Peru (87,0%) e na Colômbia (90,0%). O autor destaca que, em geral, a diáspora venezuelana residente no Chile tem, em média, maior número de anos de estudo do que os migrantes de outras nacionalidades residentes no país. O foco maior do texto está direcionado para a apresentação dos resultados da pesquisa “Oportunidades de Inserção Laboral para a População Migrante e Refugiada no Chile”, realizada pela OIM em 2021 e 2022/2023. O levantamento buscou avaliar as dificuldades encontradas pelos imigrantes em acessar um posto de trabalho, ouvindo imigrantes e o setor patronal sobre os entraves para a contratação de refugiados e migrantes. Dentre as conclusões que o autor destaca, está a boa avaliação do patronato em relação ao trabalho dos imigrantes em termos de compromisso e produtividade quando comparados com os trabalhadores nacionais e aponta, como a maior dificuldade para as contratações a regularização documental e a comprovação de formação.

O Professor William Mejia, apresenta as conclusões preliminares do estudo “Colômbia: impacto no emprego e na renda do trabalho da migração de venezuelanos”. Nesse texto são compiladas as conclusões de 25 estudos realizados nos últimos cinco anos sobre a inserção dos migrantes venezuelanos no mercado laboral da Colômbia. Indica o autor, que, em termos numéricos, esses trabalhadores representam 4,8% da população ocupada do país. Dos estudos analisados, mais de 70,0% empregavam modelos econométricos em suas análises e tinham amplitude nacional. Apesar da diversidade dos estudos, indica o autor que os resultados compilados apontam para um reduzido impacto no mercado de trabalho com a entrada dos migrantes venezuelanos e a pouca alteração nas rendas auferidas pelos trabalhadores em geral. No entanto, ressalta que em termos regionais e até locais, essa análise pode ser alterada dependendo de circunstâncias que envolvem setores específicos da atividade econômica.

A segunda parte da publicação incorpora os resumos expandidos dos textos apresentados na sessão aberta às contribuições da comunidade acadêmica. Dos seis textos incorporados nessa publicação, três tratam da migração venezuelana tendo como pano de fundo o estado de Roraima, um trabalho incorpora nas análises elementos da diáspora venezuelana em outros países e, outro, trata de fluxo de migrantes que transitam pelo estado de Roraima, incluindo novos atores e a fronteira com a Guiana. O último texto, discute a relação entre política migratória e postura ideológica de governos tendo como referência a Itália e a migração mediterrânea para a Europa.

O processo de recepção dos migrantes venezuelanos no Brasil por meio da operação acolhida é o tema tratado por Telmo Borges. No texto “Explorando as dinâmicas da operação acolhida: impactos do livre trânsito de venezuelanos nas fronteiras brasileiras sobre a rede de cooperação e o acolhimento de migrantes e refugiados no Brasil”, o autor explora os aspectos legais do processo de acolhimento e a participação das

diversas entidades envolvidas. Indica que os procedimentos adotados transformam esse processo de acolhimento em exemplo único de política de recepção de migrantes.

Ainda tratando do processo de acolhida dos imigrantes venezuelanos, Júlia Camargo e Amanda Alencar, no texto “Governança digital migratória e a gestão de dados na fronteira Brasil-Venezuela”, fazem a discussão sobre a coleta de informações dos imigrantes, pelos órgãos responsáveis pela resposta humanitária, encarregados do processo de identificação e encaminhamentos dos imigrantes. Colocam em questão a pouca visibilidade do processo de coleta de dados, realizado em duas plataformas, uma administrada pelo Acnur e outra pelo governo federal, e a impossibilidade de acesso dos respondentes às informações registradas. Tal situação, coloca em evidência as fragilidades da situação de subalternidade dos imigrantes em termos do processo de coleta de informações.

A inserção das crianças imigrantes nas escolas de ensino básico em Boa Vista é o tema tratado por Francisca Silva e Luana Wunsch, no texto “Acesso à educação básica para imigrantes na rede municipal de ensino de Boa Vista-Roraima – Brasil”. As autoras indicam que a presença de crianças imigrantes nas escolas públicas não é uma situação nova. Além dos venezuelanos que representam o maior grupo, há também a presença de crianças haitianas e de pessoas provenientes da Guiana, por conta da proximidade geográfica com Roraima. Apontam que tal situação coloca desafios para a administração municipal, na busca da implantação de um ensino de qualidade que possibilite o desenvolvimento e a aprendizagem nesse contexto de diversidade das escolas.

O contexto da migração venezuelana no Brasil e em países da América do Sul foi tratado por Duval Fernandes e Denise Mendes, no texto “Migração venezuelana: a solicitação de refúgio como estratégia migratória”. Os autores discutem as distintas estratégias adotadas pelos países para a regularização do fluxo migratório venezuelano. Enquanto as autoridades brasileiras criam facilidades para o reconhecimento dos imigrantes venezuelanos como refugiados e, assim, facilitar a regularização migratória, via a aplicação ampliada da Declaração de Cartagena, outros países da América do Sul adotam os procedimentos da Convenção de Genebra e com isso, dificultam ou retardam o reconhecimento do status de refugiados dos migrantes venezuelanos. Apesar das facilidades oferecidas pelas autoridades brasileiras, no médio prazo, os migrantes optam pela regularização via o rito ordinário. Os autores indicam a necessidade de diálogo entre as autoridades dos países envolvidos, no sentido de criar mecanismos similares de regularização migratória envolvendo os migrantes venezuelanos.

A migração irregular de haitianos e cubanos pela fronteira Brasil-República Cooperativa da Guiana é discutido no texto “Fluxos migratórios na fronteira Brasil-Guiana”, apresentado por Pâmela Silva e Altiya Barbosa. Tendo como referência geográfica as cidades fronteiriças de Bonfim (Roraima) e Lethem (Guiana),

as autoras tratam do sistema de ingresso no território brasileiro de migrantes que têm por objetivo transitar pelo Brasil, para chegar a outros países, como Argentina e Chile. Descrevem as rotas utilizadas e a cumplicidade de brasileiros que atuam no transporte desses migrantes de forma clandestina, ligando a fronteira à Boa Vista. Essa entrada irregular no Brasil é parte de um esquema maior de contrabando de migrantes, que se aproveita das facilidades oferecidas pelas autoridades da Guiana, em termos da não exigência de vistos para nacionais de Cuba e do Haiti. Concluem que é necessário um planejamento estratégico que contribua para desenvolvimento dessa área fronteiriça, fortalecendo a integração entre os dois países e buscando minimizar a insegurança e a ilegalidade existente neste limite fronteiriço.

As políticas migratórias adotadas pelo Governo italiano no período de 2018 a 2023 é o tema do trabalho “Políticas migratórias italianas em relação à migração no Mediterrâneo central: governos Conte, Draghi e Meloni (2018-2023)”, proposto por Alfonso Velasquez, Mônica Ferreira e Arthur de Oliveira. Os autores analisam de como as ideologias - direita, centro-esquerda e extrema-direita - moldaram abordagens de acolhimento, segurança e cooperação internacional, impactando os fluxos migratórios vindos da Rota do Mediterrâneo Central. Indicam que a influência da extrema direita no cenário migratório italiano é um elemento dominante ao longo período analisado. Isso reflete não apenas uma hegemonia ideológica, mas também a capacidade desses grupos em capturar uma parcela substancial da população italiana com suas perspectivas restritivas sobre a imigração. Este padrão reforça um desafio para a transformação do cenário migratório italiano. A prevalência das ideias anti-migração da extrema direita cria uma dinâmica política e social complexa. O impacto dessas ideologias moldou as políticas governamentais, tornando-as mais restritivas e menos receptivas aos migrantes que são considerados “verdadeiros estrangeiros”, como aqueles provenientes do Norte da África.

O conjunto dos trabalhos e palestras apresentados nesta edição especial representa a complexidade da temática migrações internacionais, abordados por pesquisadores e pesquisadoras de diferentes formações e áreas de conhecimento. A leitura tornará evidente que essa complexidade não é um óbice para sua compreensão enquanto objeto único, pois se revela como um todo, na multiplicidade dos olhares sobre ela.

Esperamos que esta edição contribua e seja indutora de debates e reflexões produtivas, e sirva de estímulo à leitura e à divulgação de novas colaborações para o avanço de pesquisas e estudos sobre a migração internacional.

Boa leitura!

**Duval Fernandes**  
PPGG - PUC Minas



## A DIÁSPORA VENEZUELANA - DESTINOS, ATORES E IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS NA VENEZUELA

**Tomás Páez Bravo**

PH.D-MPHIL. Coord. Proyecto Global de La Diáspora Venezolana  
y Del Observatorio de La Diáspora Venezolana (ODV)

E-mail: [tomas.paez@odvdiaspora.org](mailto:tomas.paez@odvdiaspora.org)

Buenas tardes a todos los asistentes. Felicitaciones a los organizadores y a las instituciones que han hecho posible este encuentro internacional. A todos, nuestro agradecimiento, en particular a la Prof. Denise Figueiró Mendes y a la Universidad Federal de Roraima por este encuentro internacional en la ciudad de Boa Vista, y por la invitación a participar en el. Me siento profundamente honrado por hacerme parte de esta hermosa reunión, convocada bajo el lema: “La diáspora venezolana, destinos, actores e impactos socioeconómicos en Venezuela”. Como venezolano agradezco esta iniciativa dedicada a mis compatriotas cuyos destinos fraguan la “Nueva Geografía” de Venezuela.

Iniciamos el proyecto del Observatorio de la Diáspora Venezolana, hace más de una década. Lo concebimos en tres grandes fases. La primera, define el propósito medular y la perspectiva desde la cual abordamos el fenómeno migratorio venezolano: crear el Instituto Venezolano de la Diáspora (IVD). Apoyados en la forma en que entendemos la diáspora: un “activo” y la mejor reserva internacional de la que dispone el país.

En el segundo lustro de la década de los 30s del siglo pasado Venezuela instauró el marco legal e institucional (ITIC, Instituto Técnico de Inmigración y Colonización) animado con el fin de atraer migrantes, hoy, a casi un siglo de distancia, la realidad es otra: aproximadamente 9 millones de venezolanos han escogido residenciarse en miles de municipios, centenares de ciudades de 90 países en todo el planeta. A diferencia de la institucionalidad creada para promover la inmigración, en manos del Estado y altamente centralizada, la que hoy proponemos está liderada por la sociedad civil, el sector privado, la institucionalidad local, un marco legal adecuado.

La nueva institución se apoya en los millones de ciudadanos (“embajadores”) transfronterizos y en miles de pilares que conforma la red de organizaciones transnacionales, cuyo ejercicio de la “Diplomacia Pública” se sitúa en las antípodas de la geopolítica que implementa la diplomacia oficial del actual gobierno. El trabajo realizado a lo largo de la década con esa madeja de las asociaciones y

organizaciones ha permitido construir un mapa de ellas, conocer sus fortalezas y debilidades, así como las oportunidades de mejora, que es necesario aprovechar, con el fin de fortalecerlas y dotarlas de una mayor capacidad de liderazgo y gestión.

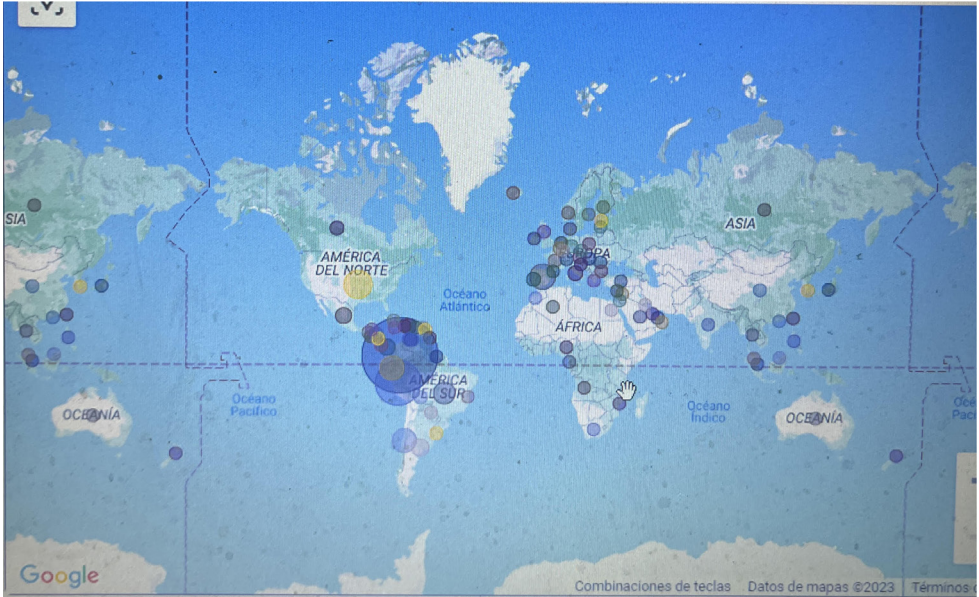
Esa densa red de organizaciones, construidas por la sociedad civil, muestran el enorme interés y compromiso de la diáspora en ser parte del proceso de recuperación de la democracia para la reconstrucción de Venezuela. Las organizaciones y asociaciones se desempeñan en todos los ámbitos del quehacer humano: ayuda humanitaria y respaldo a los nuevos migrantes, servicios de orientación y asesoría para la integración social y económica de los recién llegados, asociaciones de médicos, enfermeras, periodistas, psicólogos, ingenieros y arquitectos, profesores y estudiantes, emprendedores, actrices y humoristas y un extenso etcétera. Documentan, denuncian y difunden la situación del país en áreas como el ambiente, la salud, la economía, la cultura y la política. Las organizaciones operan como interlocutores confiables de los migrantes con organizaciones e instituciones en las comunidades de acogida y origen.

Su desempeño les ha valido la confianza y credibilidad de migrantes e instituciones y como la vida hace un “casting” de las organizaciones, unas ganan en prestigio, otras se desacreditan. Una prioridad de los migrantes es su inserción económica y social en el la localidad de destino y ello requiere de políticas públicas adecuadas y respetuosas de los derechos de los migrantes, de mecanismos diseñados con el fin de aprovechar las competencias, habilidades y conocimientos de éstos, y en este terreno es fundamental el papel de ese portentoso mecanismo de integración y desarrollo: la empresa y el sector privado.

El propósito del proyecto de creación del Instituto Venezolano de la Diáspora incluye la participación de la sociedad civil y sus organizaciones, de la empresa y sus gremios, de las asociaciones profesionales, gobiernos locales. Universidades y centros de investigación. Una estrategia de gobernanza incluye un marco legal y políticas que incorpora la relación con las organizaciones y la institucionalidad de las regiones y países de acogida y origen y los mecanismos de cooperación e integración.

Los mapamundis que pueden ver en esta presentación muestran la distribución de la diáspora en lo que definimos como la “Nueva Geografía” y la red de organizaciones creadas por ellos en las localidades de acogida. La información plasmada en los dos mapas da cuenta de los agentes de la Estrategia: migrantes y organizaciones. Constituyen los insumos elementales del Observatorio d la Diáspora Venezolana (ODV) a los que hacemos un seguimiento sistemático y adelantamos un trabajo permanente.

**Mapa 1-** Elaboración propia. Observatorio de la diáspora Venezolana.



**Mapa 2 -** Organizaciones de la diáspora OIM-ODV.



Conocer la distribución de los venezolanos en el mundo, por país, ciudad y localidad y las distintas asociaciones y organizaciones creadas por ellos, así como el trabajo que realizan es indispensable para el diseño y ejecución de la Estrategia de Gobernanza. Su accionar sienta las bases y forja las características del proceso. Más de 1.300 organizaciones, la mayoría de ellas de pequeñas dimensiones, cuyo trabajo recae sobre un inmenso voluntariado, confirma su compromiso con sus compatriotas y con el país. Al superponer estos mapas, podemos identificar y establecer la correlación entre el número de organizaciones y la división del trabajo entre ellas en función de la cantidad de migrantes acogidos en cada región y país.

Con la Nueva Geografía se ensanchan las fronteras de Venezuela. Esta realidad interpela la estrechez de la noción del Estado-Nación y refuta la distinción entre los ciudadanos que están “dentro” de aquellos que están “afuera”. La “circulación del capital humano” se manifiesta en las redes de organizaciones transfronterizas conectadas entre si y conectadas a asociaciones que operan en comunidades y regiones en el “mapa convencional de Venezuela.

El Observatorio, segunda fase del proyecto, se construyó en paralelo al desarrollo del primer estudio global de la diáspora. La ausencia de información oficial y la inexistencia de datos públicos en el Instituto Nacional de Estadísticas de Venezuela acerca del inédito éxodo, el mayor de Latinoamérica, nos obligó a realizar dos investigaciones, los resultados están plasmados en el texto “La Voz de la Diáspora Venezolana”, cuya tercera edición fue publicada recientemente en Colombia. El silencio oficial es consecuencia de la actitud del gobierno frente al fenómeno cuya existencia ha negado en espacios internacionales como el de las Naciones Unidas y sin rubor alguno, ante los países que acogen a millones de ciudadanos venezolanos.

En la citada investigación por un lado establecimos los países en los que residían. En el primer momento identificamos 53 países. Aunque partíamos del principio de que las personas no migran a países sino a ciudades y localidades y desde regiones y comunidades, la primera aproximación debió conformarse con los datos a escala país. Con ella habíamos dado un salto cualitativo. El Observatorio continuó profundizando, detallando y desagregando la información de la geografía del éxodo. En paralelo adelantamos la investigación con el fin de conocer las razones por las que migraban, el perfil sociodemográfico, hijos, familia y la relación con los dejados atrás, con la comunidades de origen, el grado de integración en las comunidades de acogida, su inclinación al retorno y su disposición a participar en el proceso de reconstrucción del país.

Nos encontramos reunidos en Boa Vista, región que acoge decenas de miles de migrantes que atraviesan la frontera sur este de Venezuela. Ingresan a través de Pacaraima en su camino a la capital del Estado de Roraima. Allí son recibidos con

los brazos abiertos, regularizados y ubicados en inmensos albergues que dan cobijo a miles de ciudadanos. La recepción se vale de un marco normativo que ha creado dos formidables instrumentos de política: la operación acogida y la interiorización de los recién llegados. Hay que poner en valor estas políticas, resaltar estas estrategias de gestión de los fenómenos migratorios, de esa experiencia países de mayor desarrollo relativo podría extraer importantes aprendizajes.

El Observatorio produce información cuatrimestral acerca del desenvolvimiento de la diáspora, distribución, número, regiones y ciudades de destino, perfiles sociodemográficos, etc. La cuantificación más reciente sitúa el número de migrantes rozando los 9 millones, distribuidos en los cinco continentes, en centenares de ciudades. La diferencia con los datos de la OIM, institución que ha realizado un invaluable esfuerzo de construcción de información y visibilización del flujo migratorio venezolano, obedece al hecho de que su atención está centrada en un menor número de países, 23, aquellos que albergan el mayor número de migrantes, mientras que el observatorio sigue las huellas de la diáspora en 90 países, centenares de ciudades y miles de municipios.

La diáspora y sus organizaciones están profundamente agradecidas a la OIM y también a ACNUR, UNICEF, OIT, la Comisión Europea, los organismos multilaterales y las organizaciones cooperación internacional de países como Estados Unidos, Alemania, Suecia, Noruega, España, a las congregaciones religiosas, red jesuita y escalabrinianos, a gobiernos nacionales y subnacionales, universidades, organizaciones creadas por los nacionales en las regiones de acogida. Ofrezco mis disculpas de antemano por alguna institución que haya olvidado mencionar, solo atribuible a mi memoria.

Los hallazgos del estudio corroboran el carácter multicausal del fenómeno migratorio y por ende imposible de reducir a “juicios sumarísimos sobre realidades complejas” en palabra d Klaus Mann. La decisión de migrar es de carácter individual, aunque razones de contexto: crisis política, económica o ambiental ayudan a situar y comprender el carácter masivo de los flujos migratorios. En el caso venezolano intervienen razones de carácter político, institucional, jurídico, económico y de inseguridad personal y jurídica.

Uno de los motivos lo expresa el diagnóstico del país hecho por el Banco Mundial. La institución sostiene que la crisis económica en Venezuela no tiene precedente en América Latina y pocos en el planeta. Es la más grande que se ha dado en la región y el mundo en los últimos 50 años, con datos de hiperinflación y contracción del PIB, por encima de los alcanzados por países en guerra. La confluencia del hondo deterioro económico, la inseguridad, la escasez, el deterioro de los servicios más elementales como los de salud, educación, electricidad y suministro de agua, conforman una amenaza a la vida, a la seguridad y a las



libertades. Contexto que explica porqué la migración no cesa de crecer y ni siquiera la parálisis creada por el COVID y el Post-covid han logrado detenerla.

Un reconocido experto internacional, Ricardo Hausman, hoy en la Universidad de Harvard, nos advierte que la estrepitosa contracción del PIB per cápita y del PIB general entre 2012-2018 es más agudo que el experimentado en la depresión de EE.UU., en los años del crack económico 1929-33. La caída del PIB ha sido del 80% y en algunos sectores por encima de este promedio, superior al descenso experimentado por países modelos en declive, como Rusia y Cuba.

La lámina en la que se refleja la tasa de cambio al principio de este gobierno hace un cuarto de siglo y la tasa de cambio actual, muestra lo ocurrido con la hiperinflación. Veamos los datos en la siguiente tabla.

<b>TASA DE CAMBIO COMPARATIVO (DÓLAR/BOLÍVAR)</b>	
1 Dólar 1998	565 Bs.
1 Dólar 2024	3.311.000.000.000.000 Bs.

La elocuencia del dato ahorra argumentos y muestra claramente el deterioro económico del ingreso de los venezolanos. Asimismo, ofrece una imagen clara de los devastadores efectos de la hiperinflación y el deterioro de la moneda nacional, el Bolívar, en proceso de extinción. La eliminación de los ceros a la tasa de cambio solo ha servido para facilitar el funcionamiento de las máquinas registradoras de las empresas, pues tal cantidad de ceros no caben en esos equipos y en las monedas. El valor del Bolívar ha sido pulverizado razón por la cual las transacciones en el mercado se hacen en dólares, exceptuado el salario que se hace en la moneda “nacional”: se crea un círculo pernicioso, destructor de calidad de vida, uno de los factores que interviene en el éxodo de los venezolanos.

A la honda crisis económica se suma la innegable violación de todos los derechos humanos. Tal violación ha sido certificada en los informes elaborados por la Alta Comisionada de los Derechos Humanos, Michelle Bachelet, por la Misión de Expertos Independientes de las Naciones Unidas y por la Corte Penal Internacional. La transgresión ha sido integral y sistemática. Se han violado los derechos a la identidad, el acceso a la salud, a la educación, los de los pensionados y jubilados, los derechos ambientales y a los derechos políticos consagrados en la Constitución y en los acuerdos internacionales. Los informes de la Misión de Expertos Independientes muestran la presencia de un patrón de violencia, tortura, persecución política, desaparición forzada y ejecuciones extrajudiciales. También constatan la inacción del Estado frente a las denuncia y recomendaciones de la Misión lo que genera motivos razonables para creer que existe un grado de complicidad y responsabilidad, motivo por el cual la Corte Penal Internacional

ha desechado los alegatos de la Fiscalía venezolana y para hacer seguimiento ha instalado en el país una oficina de la Corte.

La violación de los derechos humanos en Venezuela ha hecho que adquiera más importancia y significación el reconocimiento de estos derechos por parte de otros gobiernos. Lo ha hecho el estado de Brasil con la estrategia de acogida establecida en 2018. Dicha política contempla la regularización de los venezolanos al ingresar al país condición que facilita enormemente el proceso de integración económica y social del migrante.

El tema migratorio ocupa un lugar preminente en la agenda política global. Los acuerdos y desacuerdos en la Unión Europea, la reunión de las Américas realizada en la ciudad de los ángeles tuvo como tema central la migración. En torno a este fenómeno se ha producido un agrio debate pleno de prejuicios, creencias y falacias, y pese a los acuerdos internacionales y las evidencias en contra, esos recelos conspiran contra la migración y los migrantes quienes sufren en carne propia las consecuencias de tales arbitrariedades.

Los datos y resultados refutan prejuicios y creencias arraigadas, más propias del fanatismo ideológico que perjudican los procesos de integración y favorecen la xenofobia. Con ella se crean muros, zanjas y la mayor de las vallas, el papeleo burocrático que impide el ingreso como antes el muro de Berlín frenaba el éxodo.

Para poder avanzar en la “Estrategia de Gobernanza de la Diáspora” es imprescindible una nueva óptica del fenómeno, que juega en un campo distinto y distante en el plano político y académico de los enfoques convencionales. Uno de los enfoques es el de la “fuga de cerebros”, un invento del socialismo soviético en su intento de recusar e impedir la aprobación del artículo 13 de la declaración de los Derechos Humanos de 1948, que postula el derecho a la movilidad de las personas. De alguna manera inconsciente reconocían el carácter carcelario del modelo y por ello recurrieron al término fuga. El franquismo se refería a su migración como calamidad hasta el momento en el que las remesas de los migrantes fueron muy importantes para España. Otros extreman el argumento y sostienen que lo ocurrido debe definirse como robo de cerebros y culpan a los países desarrollados de ocasionar un expolio como si la persona fuese propiedad del país de origen. Como afirma I. Clemens, hablar de fuga de cerebros equivale a afirmar que la incorporación de la mujer al mercado laboral es abandono del hogar.

Nosotros, nos desmarcamos de esas formas de concebir la migración y sostenemos que se trata de un proceso de circulación del capital humano, del más importante activo que aporta al país de acogida, facilita el flujo de ideas y mejora la productividad y se enriquece y progresa al adquirir nuevas competencias, habilidades, conocimientos y construir novedosas redes personales, institucionales y empresariales. La migración, como nos advierte Robert Guest reduce la

pobreza global y como lo corroboran estudios recientes, impacta los procesos de innovación, dinamiza la cultura y promueve el desarrollo. Con la diáspora ganan todos y por ello nos desmarcamos de quienes entienden la migración como pérdida para los países de origen y ganancia para los países de acogida.

Es una perspectiva que no se corresponde con la realidad. En el estudio que hacemos de la migración desde distintas regiones de España hacia Venezuela, y del cual hemos publicado un artículo referido a la migración desde las Islas Canarias, se ratifica lo dicho: se beneficiaron los migrantes y los países y regiones de acogida y origen. Otros de los argumentos más ajados, en el caso venezolano, es el de “crisis migratoria”, lo que de hecho estigmatiza al migrantes y peor aún pierde el foco del problema. La migración es consecuencia de la profunda crisis humanitaria, económica, social e institucional apuntada al inicio de esta exposición.

Entre las simplificaciones y generalizaciones más utilizadas se encuentran estas otras: todos son refugiados, todos son desterrados y entre las más preocupantes encontramos. “la región debe preocuparse porque la migración venezolana no cesará” o aquella según la cual la diáspora venezolana se asocia a bandas armadas, robo e inseguridad. Estos últimos argumentos han sido refutados por los aportes de la diáspora venezolana, recientemente cuantificados en varios países de acogida, (Chile, Colombia, Panamá, República Dominicana, etc.) y por hallazgos de estudios que documentan la contribución de la diáspora a la reducción de la criminalidad.

Hemos reiterado un eslogan: “La diáspora no es el problema, es parte de la solución”. La relación entre diáspora y desarrollo ha sido debidamente documentada y analizada a nivel global. Ciertamente es un desafío, una enorme oportunidad que amplía y enriquece identidades y fronteras. Además, la movilidad transfronteriza es un hecho histórico propio del ser humano. Con la migración se expande la diversidad y la pluralidad. Como afirma Von Mises L., “es necesario establecer la libertad de la migración para hacer la paz más duradera, pues “si quienes creen en la libertad no asumen este punto de partida, no habrá mucho espacio para la esperanza de convencer a alguien a favor de una sociedad libre”. Y como sostiene Andrew Carnegie, refiriéndose a los Estados Unidos, “la migración es un río de oro que fluye a nuestro país cada año”.

El trabajo, cooperación y alianzas que desarrollamos con asociaciones y organizaciones de la diáspora, con empresas y gremios empresariales, con gobiernos y universidades en el mundo y Venezuela nos condujo a la creación de un espacio semanal de TV y radio en el que los migrantes exponían sus proyectos, iniciativas y resultados. La emisora pionera de la radiodifusión venezolana y Thays Peñalver conductora de un programa diario, “Buen Provecho”, hicieron posible comenzar en el año 2017 el encuentro semanal de los migrantes



venezolanos a través de “La Voz de la Diáspora”. El espacio semanal, tras el cierre de la emisora por parte del gobierno, se continúa transmitiendo en el canal youtube del Observatorio de la Diáspora.

A través de ese espacio más de 500 asociaciones, líderes, investigadores de los cinco continentes han evidenciado el carácter transnacional de la ciudadanía y de las organizaciones de la diáspora. Igualmente han mostrado la forma de ejercer la diplomacia pública y el despliegue de una geopolítica distinta a la oficial. Mientras el gobierno entabla relaciones con países como Irán, Turquí, Nicaragua, Rusia, China y Cuba, la diáspora venezolana y sus organizaciones operan en los países democráticos de Occidente: Latinoamérica y el Caribe, Europa, Canadá y Estados Unidos, países con los que Venezuela ha mantenido relaciones históricas y de ellos acogió, durante el siglo pasado, millones de migrantes.

El número de migrantes en el planeta representa solo el 3.6% de la población y su aporte al PIB global se ha estimado en porcentajes que rondan el 10%. Igualmente, las remesas de los migrantes superan ampliamente los aportes de la cooperación internacional al desarrollo. Antes habíamos señalado los resultados de distintos estudios que corroboran los efectos positivos de la migración, la que además favorece la cohesión social gracias a las iniciativas emprendedoras en las comunidades de acogida.

Las instituciones de Roraima evaluaron el impacto de la diáspora venezolana en la región. El estudio, “Programa de Acogida e interiorización de la diáspora venezolana y sus efectos en la economía de Roraima”. Los resultados evidencian el carácter heterogéneo del éxodo venezolano en Brasil, la perspectiva humanitaria de la estrategia adoptada por el Estado Brasileño y el flujo de conocimientos e ideas asociadas a todo proceso migratorio.

Los impactos son diversos. El impacto poblacional en número y como bono demográfico, en el PIB local de a región cuyo crecimiento duplica el de todo el país, con la diáspora se ha diversificado la economía, han aumentado las exportaciones y la presencia de la cooperación internacional dinamiza el consumo y expande la demanda agregada. Se suma a ello la contribución fiscal de los migrantes a la economía regional y nacional.

La Estrategia de Gobernanza de la diáspora responde a las preguntas ¿Cómo maximizar la contribución de los migrantes y sus organizaciones al desarrollo económico, social y cultural de los países de origen y acogida?, ¿De que manera, con cuales instrumentos promover la integración y la cohesión social? ¿Cuáles políticas, marco legal y estructura organizativa se promueve la cooperación entre regiones y ciudades en el contexto de la Nueva Geografía de Venezuela y entre países?

En este esfuerzo es fundamental el rol que desempeñan las organizaciones transnacionales creadas por los migrantes. Su intermediación multiplica el acceso

a los migrantes, razón por la cual es necesario fortalecer su capacidad de gestión. Con ese propósito y con el respaldo de la OIM adelantamos el estudio en el que desarrollamos un instrumento de autoevaluación del desempeño que ha permitido construir el manual de gestión e identificar las oportunidades de mejora de las distintas áreas y funciones de estas organizaciones, de pequeñas y medianas dimensiones, con rasgos singulares, característicos de las organizaciones del sector servicios.

En torno al tema migratorio se ha colocado el énfasis en el papel de los gobiernos nacionales y locales, con el fin de evitar los flujos irregulares, la trata de personas y de este modo favorecer la migración de carácter regular y ordenada. Sostenemos la necesidad de impulsar un papel más activo de la sociedad civil y del sector privado y la empresa, del emprendimiento, el trabajo autónomo y por cuenta propia medios que facilitan la integración social y económica del migrante. La participación de la empresa simplifica y dinamiza los procesos de certificación de competencias y allana el camino al proceso de internacionalización de empresas e instituciones en las regiones y país de destino y origen.

Las estrategias de Brasil ponen en valor la importancia de la empresa y el empleo como mecanismos de integración social y económica. Al compararla con lo hecho en otras latitudes y países, urgidos de migrantes, sin los cuales les resultaría imposible alcanzar y mantener su crecimiento, no queda más que hacer un reconocimiento y agradecer a la sociedad brasilera el diseño y ejecución de estas formidables estrategias. Aprovechamos esta ocasión para agradecer también a los países y regiones del planeta todo lo que hacen para acoger a la diáspora venezolana, plural y heterogénea.

La estrategia de acogida reivindica la importancia de ese hermoso término, hospitalidad, perspectiva humanista y respetuosa de los derechos humanos. Este respeto, es una condición indispensable para garantizar el libre flujo de las ideas. Además, la reducción de las barreras a la migración trae consigo ganancias e incrementos significativos del PIB local y global, ya señalados.

Se añaden a estos impactos positivos la presencia de los organismos de cooperación internacional y el voluntariado. Ejercen un impacto social y económico además de su contribuir con el fisco nacional. La política brasilera abre puertas y oportunidades a los migrantes, lo que atenúa la xenofobia. Esta última, desafortunadamente, comienza en casa, como lo indica la obstinada resistencia a reconocer la existencia del fenómeno por activa y por pasiva, que explica la ausencia de datos oficiales acerca de una realidad imposible de ocultar. La información es un bien público de la democracia y el silencio es una forma de asfixiarla.

El diseño de la “Estrategia de Gobernanza” integra los resultados del trabajo con las organizaciones de la diáspora, los hallazgos de los estudios globales: la construcción del “Manual de Gestión de las Organizaciones de la Diáspora” y

“Diáspora, Política y Participación Ciudadana”. El primero de los estudios arroja información útil para construir una agenda con el fin de robustecer las capacidades de gestión de las organizaciones de la diáspora. El segundo suministra valiosa información acerca de asuntos neurálgicos: la localidad de origen de la diáspora, las redes y relación con el país, los grados de confianza institucional y social, el compromiso con la democracia y la reconstrucción del país y el papel de los ciudadanos transnacionales.

A modo de conclusión consideramos apropiado reforzar los principios medulares esbozados en esta presentación. La diáspora es un activo y reserva internacional para los países de origen y destino. La propia noción país y Estado-Nación, se difumina pues las diásporas fraguan nuevas geografías, ciudadanos y organizaciones transnacionales que además ejercen la Diplomacia Pública. La diáspora venezolana, casi un tercio de la población de Venezuela no migra a países lo hace a regiones como es el caso de Roraima y de allí se interioriza hacia otras regiones del país. Esta realidad requiere atención y tratamiento local de acuerdo a las características propias de cada región y abre nuevas oportunidades para el establecimiento de alianzas, redes de ciudades y regiones y políticas públicas específicas.

Aprovecho para felicitar a Denise por haber convocado este exitoso encuentro internacional y agradecerle a ella y a la Universidad de Roraima la invitación a ser parte de este importante esfuerzo. Gracias. Obrigado.

## INTEGRACIÓN SOCIOECONÓMICA DE LA DIÁSPORA VENEZOLANA EN CHILE: INSUMOS PARA UNA DISCUSIÓN

**Jorge Dehays Rocha**

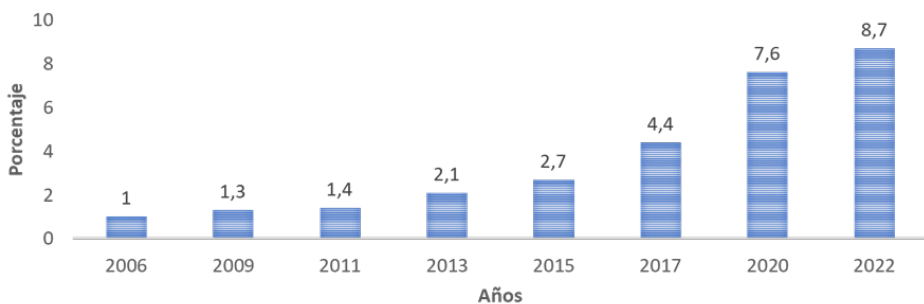
Profesor del Departamento de Sociología de la Universidad de Chile, donde coordina el Diplomado Sociodemografía de las Migraciones. Consultor de la OIM y del Celade-Cepal  
[jorge.dehays@gmail.com](mailto:jorge.dehays@gmail.com); [jorge.dehays@uchile.cl](mailto:jorge.dehays@uchile.cl)

### 1. INTRODUCCIÓN

Chile es un país al sur del mundo, receptor histórico de migrantes provenientes de una gran variedad de orígenes. Desde el periodo de la colonia se avecindaron en Chile inmigrantes ingleses, italianos, croatas, judíos, árabes, alemanes, entre otros, principalmente de origen europeo. Este componente por nacionalidad sufrirá cambios importantes en la segunda mitad del siglo XX.

Por ejemplo, en 1990 la proporción de extranjeros en Chile no alcanzaba el 1% del total de residentes en el país, situación que comenzó a cambiar lentamente con la llegada de inmigrantes del Perú, Bolivia y Colombia, principalmente. Pero, a partir de los años 2008-2009 comienza a incrementarse sostenidamente la llegada de inmigrantes debido al éxodo masivo de personas nacidas en Venezuela y Haití.

**Gráfico 1** - Chile: Proporción de la población nacida en otro país (2006-2022)



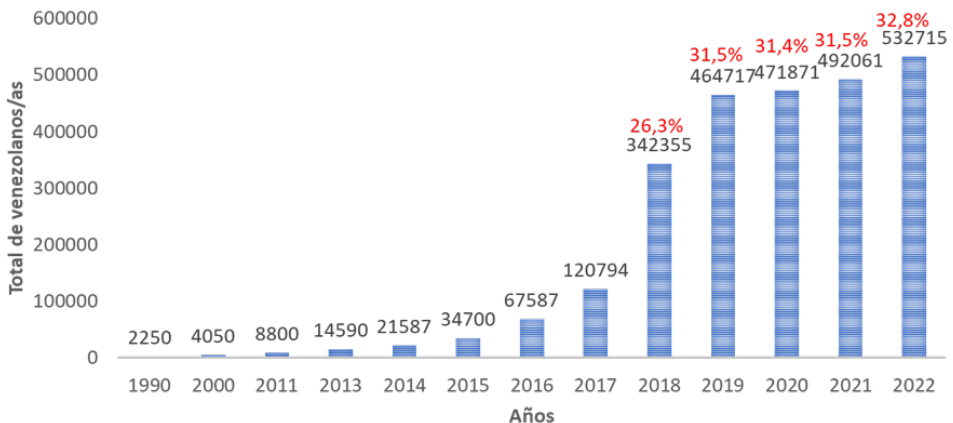
**Fuente:** Elaboración propia con base en INE-SERMIG, CASEN.

Un dato relevante es que en los últimos 16 años el país experimentó un cambio de 8 puntos porcentuales en la presencia de inmigrantes en el país, pasando de 1 a

casi 9 por ciento, sólo superado por Costa Rica con 10,1%, Saint Kitts and Nevis con 14,5% y Belice con 15,6%. Alrededor de 2015 se observó un importante impulso debido a la ola inmigratoria proveniente de Venezuela y Haití alcanzando 2,7% de la población total, aun cuando los colectivos de personas provenientes del Perú, Colombia y Bolivia continuaban marcando una presencia importante.

El rasgo más relevante de esta nueva gran etapa, desde los años noventa en adelante, es el nuevo componente de la inmigración en el país, donde la mayoría de las personas provienen de países de América Latina y el Caribe. Particularmente, destacan los inmigrantes venezolanos que aumentaron su presencia en el país 55% entre 2018 y 2022, el colectivo de más rápido crecimiento en los últimos años, que lo posiciona como el más numeroso con 532.715 personas al 31 de diciembre de 2022.

**Gráfico 2** - Total de venezolanos/as en Chile y porcentaje del total de extranjeros

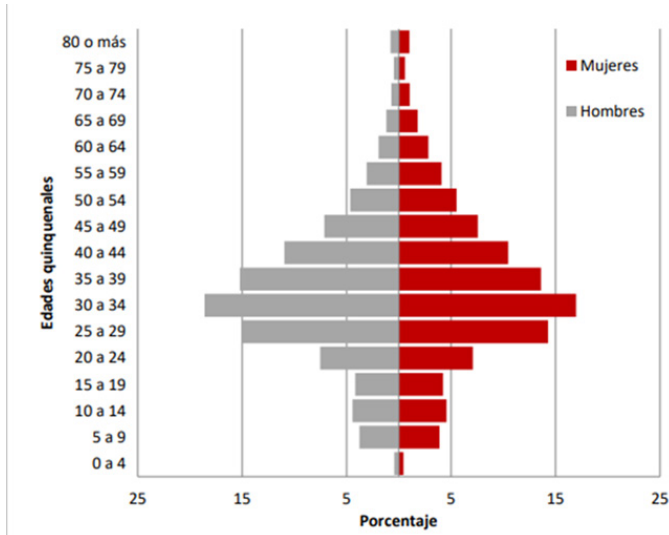


**Fuente:** Elaboración propia con base en CASEN y INE-SERMIG (2018-2022).

Un rasgo destacado de los inmigrantes que actualmente residen en el país es su juventud ya que el 60% tiene entre 25 y 40 años, es decir, en plena edad laboral; así también el 13% es menor de 20 años (CANALES, 2022). Esto tiene consecuencias demográficas y económicas relevantes.

1 Estimaciones del Servicio Nacional de Migraciones (SERMIG). Puede consultarse en el siguiente enlace: <https://serviciomigraciones.cl/estudios-migratorios/estimaciones-de-extranjeros/>

**Gráfico 3** - Pirámide de población de las personas nacidas en otro país, 2022

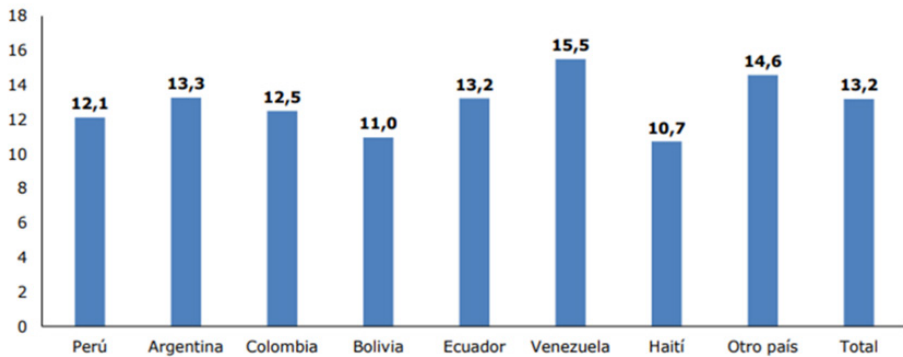


**Fuente:** Tomado de INE-SERMIG, 2023. <https://serviciomigraciones.cl/estudios-migratorios/estimaciones-de-extranjeros/>

En materia demográfica destaca el proceso de franco envejecimiento en el que se encuentra la población del país, ya que la Tasa Global de Fecundidad (TGF) es de las más bajas de la región con 1,3 hijos por mujer, acompañando a Cuba, Uruguay y Costa Rica en este momento demográfico. La principal consecuencia de este comportamiento es que no garantiza la reproducción intergeneracional, puesto que demográficamente se requiere niveles de fecundidad superiores, al menos de 2,1 hijos por mujer, para alcanzar el nivel de reemplazo. En contraste, de acuerdo con el último informe de estadísticas vitales del Instituto de Estadísticas de Chile, publicado en marzo, los nacimientos cayeron un 20% respecto al mismo mes del año 2023, mientras que los nacimientos de madres extranjeras aportaron el 17% de todos los nacimientos en este periodo, donde el 23% corresponde a madres venezolanas. En el mismo informe se señala que desde 2008 las madres extranjeras han contribuido en promedio con 8% del total de nacimientos. Esto quiere decir que la migración en este aspecto está ayudando a compensar la sostenida reducción de los nacimientos en el país, lo que es un aporte demográfico en sí mismo, lo que también permite reproducir la fuerza de trabajo nacional.

Otro rasgo relevante de la población extranjera, y venezolana en particular, es su alto grado de escolaridad, puesto que con 15,5 años de escolaridad promedio está a la cabeza de todos los colectivos, y superior al promedio del país que es de 13,2 años. Este es un rasgo relevante pues comporta un aporte directo al mercado de trabajo, donde el gran desafío es un aprovechamiento eficiente de este factor educativo.

**Gráfico 4** - Chile. Promedio de años de escolaridad por país de origen 2022 (en porcentaje)



Fuente: CASEN, 2022.

## 2. INSUMOS PARA UNA DISCUSIÓN SOBRE LA INTEGRACIÓN SOCIOECONÓMICA

A partir de esta breve caracterización de la población inmigrante y, particularmente, de las personas que provienen de Venezuela, y con el fin de aportar algunos insumos para una discusión sobre elementos para tener en cuenta a la hora de analizar su integración socioeconómica presento a continuación los resultados de dos estudios realizados en los años 2021 y 2022-2023, respectivamente, encargados por la Organización Internacional para las Migraciones (OIM).

Estos estudios intitulados Oportunidades de inserción laboral para la población migrante y refugiada en Chile (DEHAAYS ROCHA, 2021) de 2021, y en Arica y Parinacota en 2022-2023 persiguieron los siguientes objetivos:

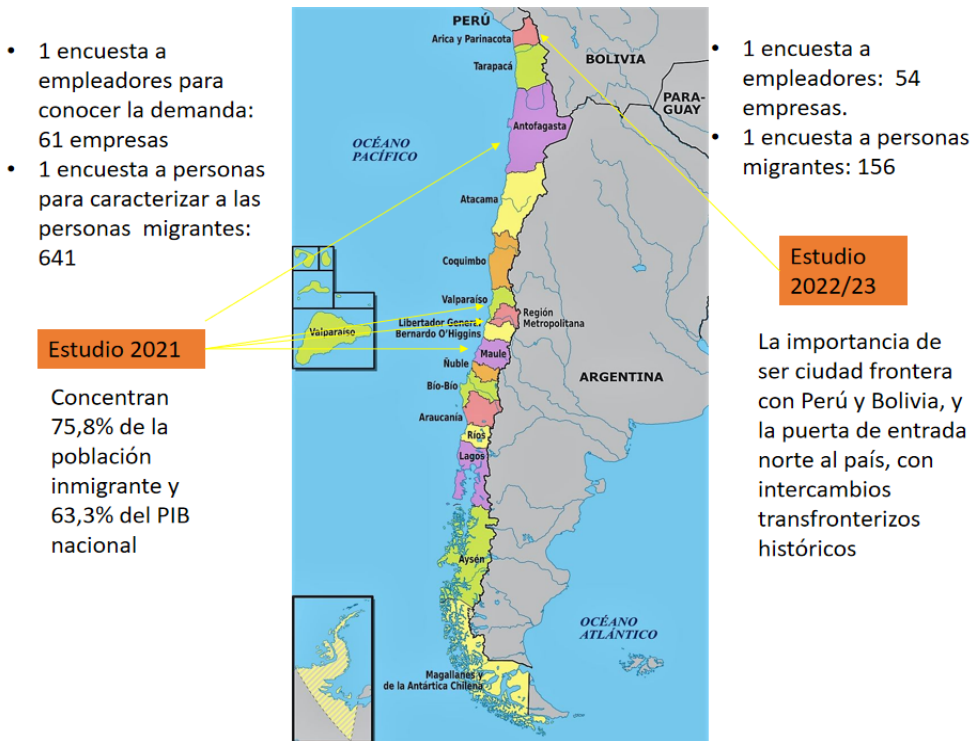
- Conocer la demanda, esto es, sectores y ocupaciones con potencial para incorporar personas migrantes y refugiadas al mercado laboral
- Conocer la oferta de mano de obra, es decir, el perfil profesional, técnico y de oficios de la población migrante y refugiada residente en Chile
- Desarrollar un enfoque de género en el análisis de la inserción ocupacional de las personas migrantes y refugiadas en Chile

## 3. ANALIZAR LAS DIFICULTADES PARA LLENAR LAS VACANTES DISPONIBLES

Los estudios incluyeron el levantamiento de 2 encuestas, una a los empleadores del sector privado (empresas de distinto tamaño) para el análisis

de la demanda, y la otra a las personas migrantes y refugiadas residentes en las regiones bajo estudio para analizar la oferta de fuerza de trabajo migrante. En el primer estudio se aplicó en 4 regiones del país<sup>2</sup> que concentran el 75% de la población inmigrante del país, así como el 63,3% del Producto Interno Bruto (PIB). El segundo estudio siguió otro criterio y se realizó un año después, pero solo en la región de Arica y Parinacota, ubicada en el extremo norte del país, limitando con Perú y Bolivia. En ambos se siguió un muestreo no probabilístico mediante la técnica de bola de nieve.

**Figura 1** - Las regiones bajo estudio - 2021 y 2022-2023



**Fuente:** Elaboración propia con base en Dehays, 2021 y Dehays 2022-23.

Para la elaboración de estos estudios se realizó una revisión de la literatura sobre el tema, así como de fuentes de información relevantes y afines, como la Encuesta de Demanda Laboral (ENADEL), responsabilidad del Ministerio del Trabajo y Previsión Social, cuyo primer levantamiento se hizo en 2019. La ENADEL consultó a los empleadores sobre las dificultades para llenar vacantes

<sup>2</sup> En términos administrativos, Chile es un Estado unitario, y se divide en 16 regiones administrativas. El primer estudio levantó información en las siguientes regiones: Región Metropolitana, Maule, Valparaíso y Antofagasta. En el segundo, sólo la región de Arica y Parinacota.



en sus empresas. Los datos muestran un déficit estructural de mano de obra en distintos sectores productivos, el que se ha podido establecer mediante el indicador “Porcentaje de empresas con dificultades para llenar vacantes”. Algunos resultados destacados para 2019 y 2020 apuntan a sectores como el de Manufacturas donde en la región de Antofagasta donde el 71% de los empleadores que respondieron la encuesta admitieron tener dificultades para llenar sus vacantes, le siguen el sector Turismo con 67% en la Región Metropolitana, por citar algunos. El sector con menos dificultades es el Comercio que tiene porcentajes más bajos de 21% en Maule o el Silvoagropecuario y Pesca con 18,9% en la región del Maule.

Algunos ejemplos de las ocupaciones que tienen más dificultades para ser cubiertas son “reponedor, cajero/a y vendedor/a” en el sector comercio, “conductores de buses, trolebuses y camiones pesados” en el sector transporte, y “trabajadores de limpieza, cocineros de comida rápida y ayudantes de cocina” en el sector turismo (ver gráfico 5).

**Cuadro 1** - Porcentaje de empresas por región y sector con dificultades para llenar vacantes. 2019-2020

SECTOR	RM	VALPARAÍSO	ANTOFAGASTA	MAULE	OCUPACIÓN MÁS DIFÍCIL DE LLENAR
Silvoagropecuario y pesca	59,3	44,7	**	18,9	Ocupaciones elementales, cosechero
Comercio	56,9	29,8	52,6	21,3	Personal de comercio (reponedor/a, cajero/a, vendedor/a)
Transporte	62	53	62	49	Conductores de buses, trolebuses y camiones pesados
Construcción	67	54	61	47	Operarios de la construcción en obra gruesa, Supervisores, Obreros del transporte y el almacenamiento
Manufactura	57	57	71	50	Operarios de procesamiento, elaboración, conservación, cata y clasificación de alimentos
Turismo	67	54	48	49	Trabajadores de la limpieza, Cocineros de comida rápida y ayudantes de cocina

**Fuente:** Elaboración propia con base en ENADEL. Reportes sectoriales 2019 y 2020.

Si bien el déficit está presente en todas las regiones del país, hay diferencias entre ellas. Por ejemplo, en Aricay Parinacota (segundo estudio) las mayores dificultades están en el sector transporte por la necesidad de contratar choferes para vehículos pesados (ver gráfico 6), mientras que, para las regiones del centro, donde se localizan las ciudades más pobladas del país, como Santiago y Valparaíso, se requieren conductores para autobuses y vehículos para traslado de personas. De esta manera la ENADEL nos informa que existen necesidades diferenciadas por sectores y también al interior de los sectores dependiendo de la región de que se trate.

**Cuadro 2** - Porcentaje de empresas por sectores seleccionados con dificultades para llenar vacantes en Arica y Parinacota 2023

SECTOR	PORCENTAJE DE EMPRESAS CON DIFICULTADES PARA LLENAR VACANTES	OCUPACIONES MÁS DIFÍCILES DE LLENAR
Silvoagropecuario y pesca	ND	Obrero de explotación agrícola
Comercio	46,2%	Vendedores/as y asistentes de venta en tiendas, almacenes y puestos de mercado
Transporte	89,0%	Conductores de camiones pesados y de alto tonelaje
Manufactura	66,0%	Soldadores y oxicortadores

**Fuente:** Elaboración propia con base en ENADEL. Reportes sectoriales 2019 y 2020.

En la región de Arica y Parinacota las mayores dificultades se encuentran en el sector transporte y la manufactura.

## 4. RESULTADOS DE LAS ENCUESTAS OIM 2021 Y 2022-2023

### 4.1. CARACTERÍSTICAS DE LA DEMANDA DE MANO DE OBRA

Como se mencionó más arriba, las encuestas paralelas que se realizaron para los estudios de 2021 y 2022-2023 para estudiar la demanda de mano de obra en las regiones seleccionadas confirmó los hallazgos de la ENADEL y otorgó un panorama más amplio de las ocupaciones que cuesta llenar.

Un resultado destacado es que las ocupaciones más difíciles de llenar son las llamadas elementales que alcanzaron un 18,6% de las menciones en la encuesta 2021 y un 20,9% en la de 2022-2023. Las ocupaciones profesionales, técnicas y de oficios le siguen en nivel de importancia en 2021, mientras que, en 2022-2023, en Arica y Parinacota, son operadores de planta y máquinas, técnicos y personal de comercio.

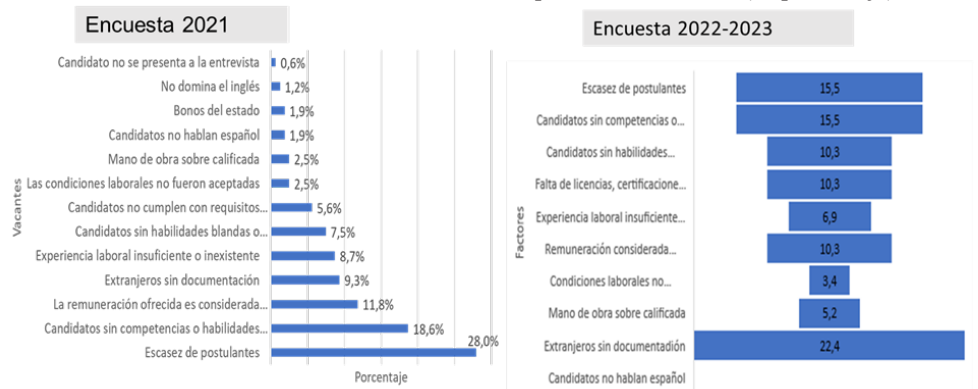
**Gráfico 5 -** Porcentaje de empresas con vacantes difíciles de llenar por tipo de ocupaciones en las encuestas 2021 y 2022-2023



Fuente: DEHAYS, 2021; DEHAYS, 2023.

También se consultó sobre los factores asociados a la dificultad para llenar las vacantes y la respuesta de los empleadores en la encuesta 2021 fue en primer lugar “escasez de postulantes” con 28% de las respuestas, mientras que, en la encuesta 2022-2023, “extranjeros sin documentación” ocupó el primer lugar con 22,4%, lo cual es comprensible puesto que es más probable que se trate de una población de reciente ingreso al país y que por lo mismo no ha podido regularizar su situación migratoria.

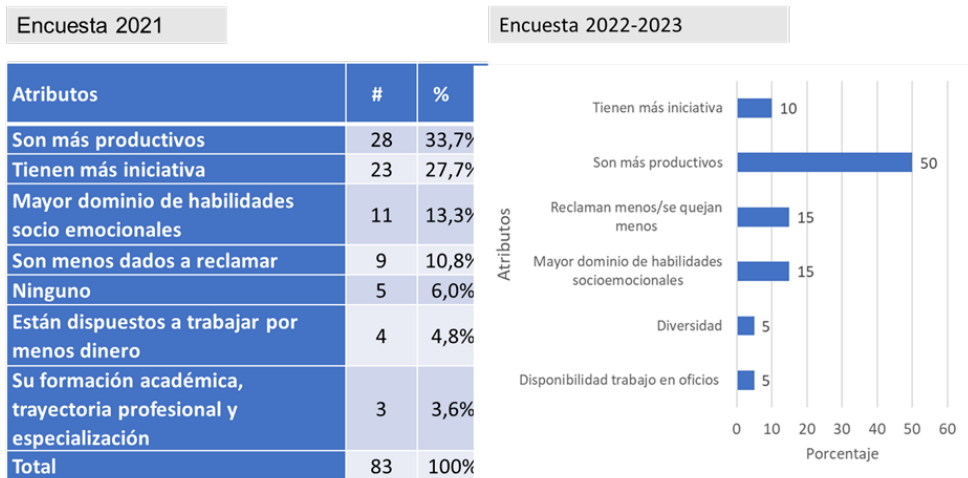
**Gráfico 6 -** Factores asociados a la dificultad para llenar vacantes (en porcentaje)



Fuente: DEHAYS, 2021; DEHAYS, 2023.

Se consultó, además, a los empleadores que habían contratado extranjeros, cuáles eran los atributos que ellos veían en esos trabajadores, frente a los que respondieron como principal atributo “son más productivos” 33,7% en 2021 y 50% en 2022-2023. Otros atributos importantes son: “tienen más iniciativa”, “mayor dominio de habilidades socioemocionales” y “se quejan menos”.

**Gráfico 7** - Atributos de los trabajadores extranjeros en opinión de los empleadores (en porcentaje)

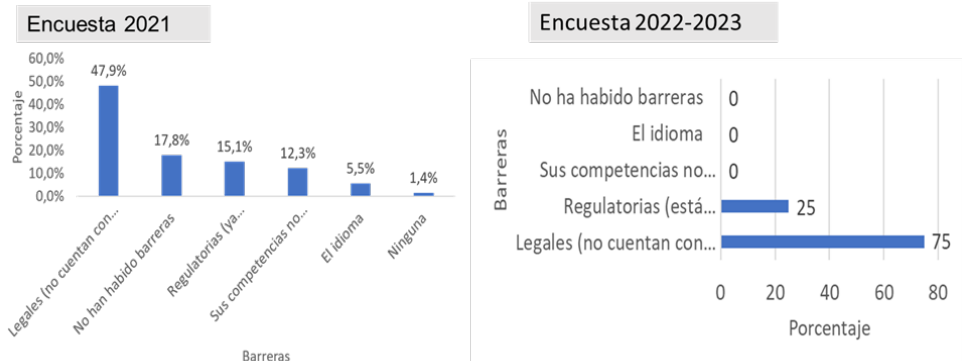


**Fuente:** DEHAYS, 2021; DEHAYS, 2023.

Hubo diferencia entre el estudio 2021 y el 2022-2023. Debido a que estábamos en la etapa final de la pandemia, en 2021 consultamos sobre cuáles eran las habilidades más importantes para superar la crisis que supuso el confinamiento y la interrupción de actividades por la emergencia sanitaria. La respuesta mayoritaria (7 de cada 10 empleadores encuestados) fue “las habilidades socioemocionales”, dejando en segundo lugar a las “habilidades técnicas” con sólo 22%. En este sentido, diversos estudios vienen destacando precisamente como una característica de los trabajadores migrantes su capacidad para salir adelante y superar las dificultades, mantener una buena actitud en el trabajo y su resiliencia, entre otros atributos.

-Sin embargo, estos importantes atributos de las personas migrantes se enfrentan a un conjunto de barreras que impiden que ellos y ellas desplieguen todo su potencial en su plenitud en Chile. Una primera barrera tiene que ver con la falta de documentos, no cuentan con el permiso, a lo que se suman barreras regulatorias como el techo de 15% de trabajadores migrantes en empresas de 25 trabajadores o más, y la falta de competencias.

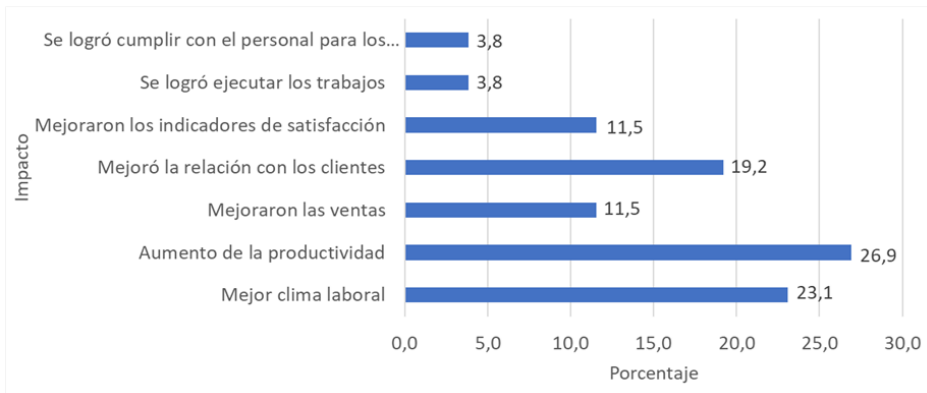
**Gráfico 8** - Barreras que dificultan la contratación de personas extranjeras y refugiadas (en porcentaje)



**Fuente:** DEHAYS, 2021; DEHAYS, 2023.

Los empleadores también se pronunciaron sobre el impacto que los trabajadores migrantes habían producido en sus empresas, lo que es consistente con la identificación de sus atributos. Destacan, por ejemplo, “el aumento de la productividad”, “la mejora del clima laboral” y “la mejora de la relación con los clientes”, además de mejorar las ventas y los indicadores de satisfacción.

**Gráfico 9** - Impacto de los/as trabajadores/as extranjeros/as en las empresas (en porcentaje)



**Fuente:** DEHAYS, 2021.

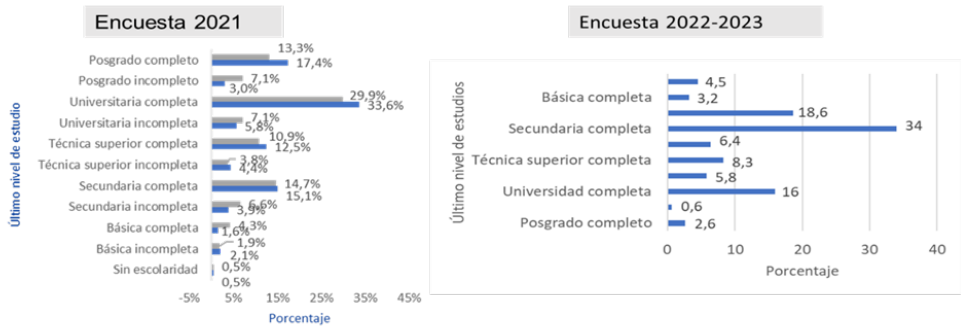
## 4.2. CARACTERÍSTICAS DE LA OFERTA DE MANO DE OBRA

La oferta en este caso está representada por la población migrante residente en las regiones bajo estudio. Se aplicaron las encuestas a personas mayores de 18

años, independiente de su situación migratoria (regular o irregular). El 80% tenía menos de 50 años y su llegada al país es muy reciente (desde el año 2017 en el caso de la encuesta 2021 y desde el año 2020 para el caso de la encuesta de Arica y Parinacota), la mayoría son mujeres (67% en 2021 y 70% en 2022-2023) y la mayoría de origen venezolano (55,5% en 2021, y 77% en 2022-2023).

En cuanto a su nivel educativo, presenta dos rasgos importantes: en 2021 predomina la universitaria completa, mientras que el de 2022-2023 predomina la secundaria completa, es decir, una reducción en la escolaridad de las personas encuestadas lo que confirma que la última ola migratoria proveniente de Venezuela cuenta con menor nivel educativo que la anterior de 2015-2017. Asimismo, las mujeres migrantes parecen tener mayor nivel educativo, predominan en las categorías completo y los hombres en los incompleto.

**Gráfico 10** - Último nivel de estudios alcanzado en la población migrante y refugiada (en porcentaje)



**Fuente:** DEHAYS, 2021; DEHAYS, 2023.

Las encuestas a las personas migrantes y refugiadas permitieron realizar un ejercicio de aproximación al subempleo por competencias, puesto que se les preguntó cuál había sido su ocupación principal en su país de origen y además cuál era su ocupación en Chile. Esto permitió comparar dos estructuras ocupacionales, la del origen y la del destino. El resultado es un desaprovechamiento flagrante de formación y experiencias de las personas migrantes (hombres y mujeres). Por ejemplo, en 2021, mientras en el origen un 12% de los encuestados se desempeñaban como directores y gerentes, en Chile solo lo hacen un 4,1%. Un comportamiento similar se verifica en el caso de los profesionales, científicos e intelectuales que bajan su peso proporcional entre el origen y el destino de 34,5% a 25,3%. Caso contrario es de las ocupaciones elementales que en origen solo representaban un 3,6% mientras que en Chile es de un 14%.

**Cuadro 3 - Aproximación al subempleo por competencias - 2021**

Ocupación	País de origen			Ocupados en Chile			Proxy subempleo		
	Femenino	Masculino	Total	Femenino	Masculino	Total	Femenino	Masculino	Total
Directores, gerentes y administradores	10,5%	14,8%	11,9%	3,7%	4,9%	4,1%	6,8%	10,0%	7,8%
Profesionales, científicos e intelectuales	36,6%	30,2%	34,5%	25,5%	25,0%	25,3%	11,1%	5,2%	9,2%
Técnicos y profesionales de nivel medio	5,6%	8,5%	6,6%	4,5%	9,7%	6,5%	1,1%	-1,3%	0,1%
Personal de apoyo administrativo	31,2%	18,0%	26,9%	33,3%	22,9%	29,5%	-2,1%	-4,9%	-2,6%
Trabajadores de los servicios y vendedores de comercios y mercados	9,0%	5,8%	7,9%	13,2%	12,5%	12,9%	-4,2%	-6,7%	-5,0%
Agricultores y trabajadores calificados agropecuarios, forestales y pesqueros	1,3%	3,2%	1,9%	1,2%	2,8%	1,8%	0,0%	0,4%	0,1%
Artesanos y operarios de oficios	1,3%	11,1%	4,5%	0,0%	6,9%	2,6%	1,3%	4,2%	1,9%
Operadores de instalaciones, máquinas y ensambladores	0,5%	4,2%	1,7%	1,2%	6,9%	3,4%	-0,7%	-2,7%	-1,6%
Ocupaciones elementales	3,8%	3,2%	3,6%	17,3%	8,3%	14,0%	-13,4%	-5,2%	-10,3%
Ocupaciones de las Fuerzas Armadas	0,3%	1,1%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%	1,1%	0,5%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fuente: DEHAYS, 2021.

En el segundo estudio, 2022-2023, la situación anterior también se verifica. Por ejemplo, la categoría “Profesionales, científicos e intelectuales” en origen era de 13,6% mientras que en Chile era solo de 2,6%. El “personal de apoyo administrativo” también se desaprovecha en Chile, puesto que en el origen 15,7% de los encuestados se desempeñaban en esas ocupaciones mientras que en Chile solo 2,6%. Tanto los “operadores de instalaciones, máquinas y ensambladores” y las “ocupaciones elementales” están siendo las ocupaciones de 4 de cada 10 de los inmigrantes encuestados mientras que en el origen sólo era el 10 por ciento.

**Cuadro 4 - Aproximación al subempleo por competencias - 2022/23**

Ocupaciones	Ocupaciones en país de origen	Ocupaciones en Chile	Proxy subempleo
Directores, gerentes y administradores	6,4%	2,6%	3,9%
Profesionales, científicos e intelectuales	13,6%	2,6%	11,0%
Técnicos y profesionales de nivel medio	8,6%	7,7%	0,9%
Personal de apoyo administrativo	15,7%	2,6%	13,2%
Trabajadores de los servicios y vendedores de comercios y mercados	41,4%	43,6%	-2,2%
Agricultores y trabajadores calificados agropecuarios, forestales y pesqueros	2,1%	0,0%	2,1%
Artesanos y operarios de oficios	1,4%	2,6%	-1,1%
Operadores de instalaciones, máquinas y ensambladores	7,1%	23,1%	-15,9%
Ocupaciones elementales	1,4%	15,4%	-14,0%
Ocupaciones de las Fuerzas Armadas	2,1%	0,0%	2,1%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fuente: DEHAYS, 2023.

Por otro lado, las encuestas también permitieron detectar desigualdades de género a la hora de insertarse en el mercado del trabajo en el país, donde las mujeres migrantes resultan claramente perjudicadas por múltiples desventajas desde una mirada interseccional. En efecto, tienen más dificultades para ingresar al mercado laboral debido a discriminaciones relacionadas con: i) la condición física (hay más trabajos donde se utiliza la fuerza física); la maternidad y los quehaceres del hogar y las labores de cuidado; brechas salariales y condiciones laborales más precarias que en el caso de los hombres.

Para ilustrar lo anterior, reproduzco algunas respuestas textuales de quienes participaron en las encuestas:

“...para ellos insertarse en el mercado laboral tomó una semana, a mí me tomó meses y en un trabajo poco remunerado en donde nunca me hicieron un contrato, se presta para muchas irregularidades esa falta de oportunidades” (mujer, 2021)

“Porque las mujeres tenemos hijos a nuestro cargo, lo que no le agrada a los empleadores” (mujer, 2021)

“Por experiencia personal. con perfiles profesionales similares yo he podido conseguir empleo, pero mi esposa no” (hombre, 2021)

“Por ser mujer piensan que solo puede trabajar en cocina” (mujer, 2022-2023)

“Porque para la construcción en este país no contratan mujeres y es donde más contratan hombres migrantes” (mujer, 2022-2023)

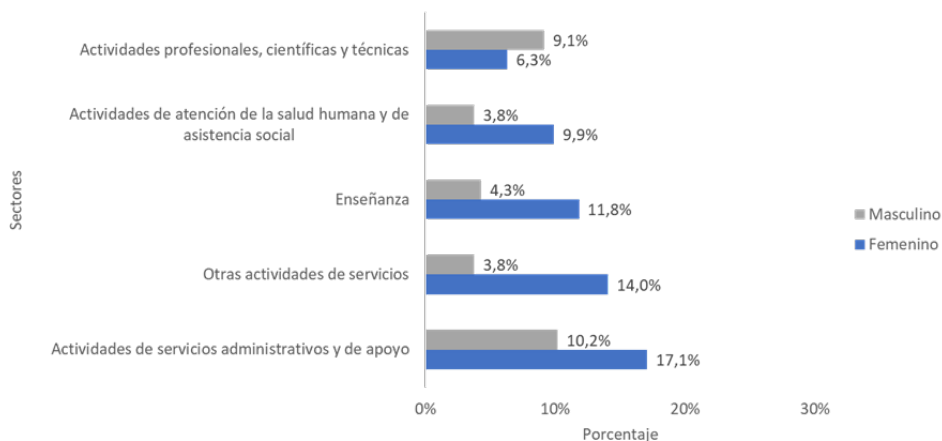
“Porque hay mujeres que son madres y no tienen posibilidades de un trabajo adecuado ya que no tiene el tiempo del cuidado del niño y con las horas del trabajo” (mujer, 2022-2023)

Como se puede ver, las mujeres están en franca desventaja en el mercado laboral chileno lo que constituye un desafío para las políticas públicas si el propósito es aprovechar el talento humano que representan las personas migrantes residentes en Chile.

Por otro lado, en la encuesta también buscamos explorar el nivel de certificación de competencias de parte de las personas migrantes y refugiadas, puesto que contar con una certificación puede facilitar la inserción socioeconómica. Nos encontramos que el porcentaje es todavía bajo (9,1%) si bien ha venido aumentando desde el año 2012 cuando apenas representaba el 0,2% de todas las certificaciones. Ciertamente, se trata de un aspecto que debe seguir potenciándose.



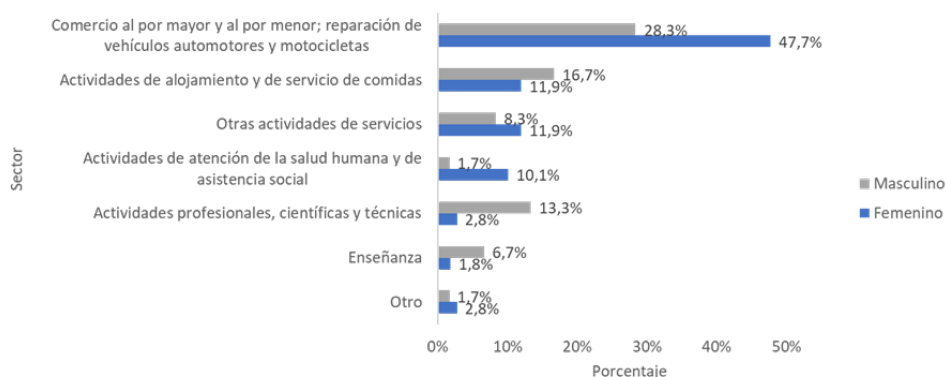
**Gráfico 11** - Certificación de competencias por sectores de ocupación (en porcentaje)



**Fuente:** DEHAYS, 2021.

El emprendimiento es otro canal de inserción socioeconómica muy importante para las personas migrantes y refugiadas. El comercio es un sector particularmente importante para las personas migrantes, especialmente para las mujeres migrantes, quienes ven la posibilidad de hacer compatible las responsabilidades domésticas con la realización de esta actividad.

**Gráfico 12** - Emprendimiento migrante por sectores de actividad (en porcentaje)



**Fuente:** DEHAYS, 2021.

En este sentido, en Chile se lleva un registro de sociedades constituidas por año ante el Ministerio de Economía, Fomento y Turismo, y se tiene que en el año 2013 el 3,4% de las empresas creadas tenían como socio a una persona de origen

extranjero. En 2024 esta cifra subió a un 11,6% (1972 empresas). Esto muestra una vitalidad emprendedora migrante que debe destacarse sobre todo por los riesgos que asumen en un contexto donde sus recursos son escasos, y en ausencia de redes de apoyo.

## 5. IDEAS FINALES

No llenar vacantes de puestos de trabajo en las empresas tiene consecuencias negativas para el desarrollo de sus actividades. Los efectos negativos son, en opinión de los empleadores, la sobrecarga de trabajo a los quienes laboran en la empresa, un freno a los procesos de innovación y de expansión de la actividad a la que se dedique la empresa, entre otros. Sin embargo, el déficit estructural de mano de obra podría ser mitigado, en parte, con la fuerza de trabajo que representan las personas migrantes y refugiadas en el país. Para ello se necesita reducir las barreras legales, administrativas y regulatorias para que ellas/ellos se incorporen oportuna y en condiciones favorables al trabajo, permitiéndoles desplegar todo su potencial.

La desigualdad de género está generando una pérdida del talento que representan las mujeres inmigrantes. De hecho, los datos muestran que las mujeres tendrían una cierta ventaja en años de escolaridad respecto de los hombres. Sin embargo, ese mejor desempeño no se ve reflejado en el mercado de trabajo que aun discrimina por sexo. Se recomienda entonces eliminar o disminuir esas barreras para un mejor aprovechamiento de los talentos migrantes, principalmente de las mujeres.

Las personas migrantes y refugiadas cada vez emprenden más y se certifican más, lo que supone un impulso adicional y gratuito a la economía nacional. Parece haber un impulso natural de parte de las personas migrantes y refugiadas tanto a emprender como a mejorar sus certificaciones. El trabajador migrante es un tipo especial de trabajador, con una energía que se distingue de los trabajadores locales

El gran desafío para una integración socioeconómica virtuosa sigue siendo la regularización migratoria. Para reducir el subempleo por competencias, esto es, desempeñarse en ocupaciones que están muy por debajo del nivel de formación que una persona tiene, con consecuencias negativas tanto para el migrante como para el país, tiene como primer paso facilitar el acceso a la documentación que le permita acceder a empleos formales y de calidad, en el que puedan desplegar todo su potencial laboral.

## REFERENCIA

CANALES, A.. **Estudio de las contribuciones de las migraciones recientes al desarrollo sostenible**. El caso de Chile, p. 15-114. En. J. Martínez Pizarro y M. Cano Christiny (eds.), “Sobre las contribuciones de la migración al desarrollo sostenible: estudios en países seleccionados”, Documentos de Proyectos (LC/TS.2021/195), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2022. Disponible: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/327ad422-16d9-4fa8-9c90-63398ffd18ee/content>

DEHAYS ROCHA, J. E.. Oportunidades de inserción laboral para la población migrante y refugiada en Chile. **Cuadernos Migratorios** n°13. Organización Internacional para las Migraciones (OIM). Santiago, 2021. Disponible: [Dehays-Oportunidades-de-insercion-laboral-para-la-poblacion-migrante-y-refugiada-en-chile](https://www.oim.org/Dehays-Oportunidades-de-insercion-laboral-para-la-poblacion-migrante-y-refugiada-en-chile)

Observatorio Laboral. **Encuesta de demanda laboral (ENADEL)**. Disponible: <https://www.observatorionacional.cl/>

## **COLOMBIA: IMPACTOS EN EL EMPLEO Y LOS INGRESOS LABORALES DE LA MIGRACIÓN DESDE VENEZUELA - CONCLUSIONES DE 25 TRABAJOS DIFUNDIDOS ENTRE 2018 Y 2023**

**William Mejía Ochoa**

Grupo de Investigación en Movilidad Humana (UTP – UNAD, Colombia)

wmejia8a@yahoo.com

### **1. INTRODUCCIÓN**

Con esta presentación, se busca un acercamiento a los impactos de la inmigración procedente de Venezuela en el empleo y los ingresos laborales en Colombia, para lo cual se entregan resultados gruesos de avances sobre el análisis y síntesis de 25 estudios, difundidos entre 2018 y 2023, relacionados con el tema.

Se muestran las características y conclusiones generales de tales estudios, destacando sus convergencias y algunas discordancias aparentes, que tienden, unas y otras, a valorar los impactos en Colombia como muy pequeños en lo agregado, pero con alcances mayores, negativos o positivos, en grupos poblacionales, lugares, sectores económicos o momentos particulares.

Dada la diversidad metodológica, temporal y de poblaciones estudiadas, se renuncia a presentar y comparar resultados numéricos, salvo unos pocos datos para identificar órdenes de magnitud.

Como contexto, tengamos en cuenta que, según estimaciones propias, a partir de microdatos de la Gran Encuesta Integrada de Hogares (DANE), promedios para el año noviembre 2022 a octubre 2023, el número de personas nacidas en Venezuela que estaban radicadas en Colombia fue de 2.3 millones (4,6% de la población total), de las cuales 1.2 millones hacían parte de la fuerza de trabajo y 1.1 estaban ocupados (4.8% del total de ocupados del país).

En el artículo final, que debería publicarse este año y del cual la presentación siguiente será un insumo, sujeto a revisión previa, incluiré una reseña del estado actual de la teoría sobre la relación entre migración, empleo e ingresos laborales en los mercados de los países de llegada, así como una referencia a investigaciones relativamente recientes al respecto, particularmente en casos de episodios masivos y forzados de migración, que tienden a ser citados en los trabajos estudiados.

En esencia, lo que entrego ahora son notas para la discusión de un borrador avanzado, cuya posibilidad de presentar ante ustedes agradezco a la Universidad

Federal de Roraima y, en particular, a la profesora Denise Mendes y demás colegas que organizaron el evento.

## **2. TRABAJOS REVISADOS: CARACTERÍSTICAS DE LOS DOCUMENTOS ANALIZADOS**

La migración de Venezuela a Colombia presenta una oportunidad única para comprender mejor los efectos a corto plazo de la migración masiva en los resultados del mercado laboral nativo en un país en desarrollo y en un contexto donde los nativos y los migrantes comparten una cultura y un idioma similares (LEBOW, 2022).

Población estudiada, seleccionada con uno o varios de los siguientes criterios, según los objetivos y las fuentes usadas:

- Lugar de nacimiento en Venezuela;
- Nacionalidad venezolana únicamente;
- Nacionalidad múltiple que incluye la venezolana;
- Residencia en Venezuela doce meses antes;
- Residencia en Venezuela cinco años antes;
- Residencia en Venezuela en algún momento anterior;
- Percibido como venezolano;
- Registrado como venezolano para trámites de regularización

## **3. OBJETIVOS PRINCIPALES**

- Impactos de la migración desde Venezuela en el mercado laboral: 15 estudios;
- Situación de inmigrantes de Venezuela en el mercado laboral: 4 estudios;
- Impactos macroeconómicos: 3 estudios;
- Consecuencias de la regularización: 2 estudios;
- Efectos en el desempeño exportador de las empresas manufactureras: 1 estudio.

### **3.1. MARCO GEOGRÁFICO**

- Nacional: 22 estudios;
- Subnacional: 2 estudios;
- Latinoamérica y el Caribe: 1 estudio.

### **3.2. AÑO DE PUBLICACIÓN**

- 2018: 3 estudios;
- 2019: 4 estudios;

- 2020: 4 estudios;
- 2021: 3 estudios;
- 2022: 7 estudios;
- 2023: 4 estudios.

## 4. METODOLOGÍA PRINCIPAL

- Métodos Econométricos: 19 estudios, en los que se destaca el uso de las “diferencias en diferencias” y de “variables instrumentales”;
- Análisis estadístico: 4 estudios;
- Modelo económico dinámico de equilibrio general: 1 estudio;
- Análisis etnográfico: 1 estudio.

### 4.1. FUENTES PRINCIPALES

- Gran Encuesta Integrada de Hogares (GEIH): 17
- Encuesta Pulso Migratorio (PM): 1
- Registro Administrativo de Migrantes Venezolanos (RAMV): 6
- Registro de Permiso Especial de Permanencia (PEP): 2
- Entrevistas: 1
- Encuesta propia: 1
- Otros registros administrativos e indicadores oficiales no migratorios
- Censos nacionales (Colombia y Venezuela)

## 5. IMPACTOS SOBRE EL EMPLEO

### 5.1. BAJO IMPACTO SOBRE EL DESEMPLEO TOTAL, PERO CON EFECTOS DIVERSOS POR POBLACIONES, LUGARES Y TIPO DE TRABAJO

El desempleo agregado aumentó en Colombia, pero esto afectó a la mayoría de las regiones independientemente de si recibieron grandes flujos de inmigrantes o no (ÁLVAREZ et al., 2022)

En general, los estudios definen el impacto de la migración procedente de Venezuela sobre el desempleo agregado nacional en Colombia como inexistente o muy bajo, con los siguientes términos:

- Nulos, sin efectos, sin evidencia de vínculo causal (ÁLVAREZ et al., 2022; SANTAMARIA, 2022; ROJAS, 2022)

- Mínimos, marginales, no significativos (BAHAR et al., 2018; PULIDO, 2019; FARNÉ & SANÍN, 2020; BONILLA-MEJÍA et al. 2020; OBANDO et al., 2022; LEBOW, 2022)

## 5.2. POSIBLE AFECTACIÓN MAYOR EN EL EMPLEO PARA ALGUNOS GRUPOS LOCALES, INCLUYENDO A LOS RETORNADOS, CON RESULTADOS APARENTEMENTE CONTRADICTORIOS PARA LAS MUJERES

En el margen intensivo, los nativos que continúan participando en el mercado laboral aumentan el tiempo dedicado a trabajar en la semana (CARUSO et al., 2021).

La degradación de las credenciales de los inmigrantes, y la baja proporción de la comunidad de acogida e inmigrantes con educación superior, respaldan la idea de que los trabajadores locales con educación secundaria completa o superior tienen más probabilidades de verse afectados (SANTAMARÍA, 2022).

Impacto pequeño en magnitud y significancia sobre retornados (BONILLA-MEJÍA et al. 2020).

Pérdidas más pronunciadas para las mujeres (BONILLA-MEJÍA et al. 2020)

La inmigración no tuvo impacto en la probabilidad de desempleo de las mujeres nativas ni en el número de horas que dedicaban a trabajar en promedio por semana (OTERO-CORTÉS et al., 2022).

## 5.3. POSIBILIDADES DE QUE EL EMPLEO DE LOS INMIGRANTES SE AFECTE CON LA LLEGADA DE OTROS, PERO LOS RESULTADOS NO CONFIRMAN ESA AFECTACIÓN.

Aumenta la probabilidad de desempleo entre los mismos migrantes (BONILLA-MEJÍA et al. 2020; TRIBÍN et al., 2020; DÁVALOS et al., 2023)

Los migrantes que llegan compiten en el mercado laboral contra otros migrantes venezolanos que residían anteriormente en el país, de los que pueden ser un sustituto perfecto (ROJAS, 2023)

Se mantuvo la probabilidad de empleo de los venezolanos (FARNÉ & SANÍN, 2020)

#### 5.4. LOS PRIMEROS ESTUDIOS SUGIEREN MAYORES EFECTOS EN EL EMPLEO EN LAS ÁREAS GEOGRÁFICAS CON MAYOR INMIGRACIÓN, PERO OTROS POSTERIORES NO ENCONTRARON EVIDENCIAS

En las ciudades fronterizas trabajadores migrantes pueden ser más similares en habilidades a la población nativa y se podría esperar algunos resultados negativos en indicadores laborales (BAHAR et al., 2018)

Presión importante sobre el mercado laboral en Cúcuta, Riohacha y Bogotá, mientras Barranquilla y Medellín muestran mayor resiliencia (REINA et al., 2018)

Los departamentos con fuertes flujos migratorios efecto significativo en la tasa de desempleo (TORRIJOS Y GÓMEZ, 2019)

Las regiones con mayores flujos migratorios no experimentaron mayores aumentos en el desempleo. (ÁLVAREZ et al., 2022)

En los departamentos más afectados, en las empresas exportadoras se encontraron efectos negativos insignificantes en el empleo que dejaron de ser estadísticamente significativos cuando se intentó discernir por tipo de trabajadores (LOMBARDO Y PEÑALOZA, 2021)

Para los venezolanos, en el departamento del Quindío, mayor escolaridad y encontrarse estudiando aumentan la probabilidad de ocupación (QUINTERO, 2021)

#### 5.5. POCOS O NULOS EFECTOS NEGATIVOS, INCLUSO POSITIVOS, EN EL EMPLEO DEL SECTOR FORMAL, CON ALGÚN BENEFICIO COMPARATIVO PARA LAS MUJERES LOCALES, QUE SE CONVIERTE EN PÉRDIDA MÍNIMA COMO CONSECUENCIA DE LA REGULARIZACIÓN DE VENEZOLANOS

La condición de irregularidad impide encontrar un trabajo formal, por lo que el empleo informal puede ser la única opción a corto plazo, lo que da como resultado una alta informalidad de los migrantes en relación con los locales (ÁLVAREZ et al., 2022)

No afecta las variables del sector formal (TRIBÍN et al., 2020)

Efectos positivos en el empleo formal (REINA et al., 2018; SANTAMARIA, 2022)

Las mujeres se benefician relativamente más al aumentar su ocupación de empleos formales (SANTAMARIA, 2022)

Caída insignificante del empleo formal asociada al Permiso Especial de Permanencia de 2017-18 que se concentra en las mujeres y en los trabajadores con mayor nivel educativo, que pueden explicarse por el hecho de que los trabajadores venezolanos tienen, en promedio, más educación que los trabajadores colombianos (BAHAR et al., 2021)



## 5.6. INCREMENTO DE LA INFORMALIDAD LABORAL EN EL PAÍS, SIN EFECTOS DIFERENCIADOS PARA HOMBRES Y MUJERES

Aumento de la tasa de informalidad (THERÁN, 2018)

Aumenta la proporción de quienes trabajan en empleos no asalariados y la proporción de nativos subempleados (CARUSO et al., 2019)

El ingreso de inmigrantes venezolanos afecta los niveles de informalidad en el país, aumenta la probabilidad que un trabajador en Colombia sea informal (CUADRO et al., 2019)

Parece que los migrantes venezolanos, en parte, crearon sus propias oportunidades de trabajo en el mercado informal ofreciendo servicios personales básicos y desarrollando pequeñas actividades productivas, especialmente en los sectores de comercio, restaurantes, hoteles, construcción y servicios personales. (FARNÉ & SANÍN, 2020)

Los efectos sobre el empleo no son diferentes para mujeres y hombres en el sector informal (SANTAMARIA, 2022)

## 5.7. POCA AFECTACIÓN PARA LOS TRABAJADORES CALIFICADOS LOCALES, CON QUIENES LOS MIGRANTES TIENEN POCA POSIBILIDAD DE COMPETIR, DADA LA IRREGULARIDAD, Y LAS DIFICULTADES PARA CERTIFICAR EXPERIENCIAS Y COMPETENCIAS LABORALES, ASÍ COMO PARA LA HOMOLOGACIÓN DE TÍTULOS.

Algunos indicadores laborales parecen consistentes con la hipótesis de que los nativos pueden verse obligados a cambiar a ocupaciones que no aprovechan su gama de habilidades (CARUSO et al., 2019)

Menor desempleo para trabajadores calificados (VALENCIA et al., 2020)

Los trabajadores nativos y migrantes más capacitados no parecen competir entre sí (OBANDO et al., 2022)

Un elemento crucial que determina el retorno del capital humano de los migrantes en el mercado laboral colombiano es la convalidación de títulos académicos para mejorar la inserción laboral adecuada en el mercado laboral. Los datos de la encuesta del PM muestran que el 93% de los migrantes no han convalidado sus títulos (DÁVALOS, et al., 2023)

Los resultados sugieren que la presencia de barreras tiene una especie de efecto de desplazamiento hacia el autoempleo, que se asocia con menor calidad, menos formalidad y menores ingresos (DÁVALOS, et al., 2023)

## 5.8. POSIBILIDAD DE SUSTITUCIÓN DE NATIVOS EN LOS EMPLEOS MENOS CALIFICADOS

Si la regularización ofrece mayores beneficios aumentan la probabilidad de atraer a los migrantes que tienen más chance de utilizarlos, es decir, los migrantes poco calificados que tienen un bajo nivel de ingresos (REINA et al., 2018)

Perfecta sustitución entre trabajadores migrantes y nativos con educación básica y experiencia media (OBANDO et al., 2022)

Migrantes venezolanos, en parte, sustituyeron a nativos en el eslabón más bajo de la escala ocupacional, especialmente en los sectores de comercio, restaurantes, hoteles, construcción y servicios personales (FARNÉ & SANÍN, 2020; BONILLA-MEJÍA, et al. 2020; TRIBÍN et al., 2020; VALENCIA et al., 2020; ÁLVAREZ et al., 2022)

Las trabajadoras inmigrantes son sustitutas en el mercado laboral de las mujeres nativas con baja escolaridad (OTERO-CORTÉS et al., 2022)

## 6. IMPACTOS SOBRE LOS INGRESOS LABORALES

### 6.1. A NIVEL NACIONAL, EVIDENCIAS MAYORITARIAS SOBRE REDUCCIÓN LEVE DE LOS INGRESOS.

No se comprueba la hipótesis de que la inmigración afectaba negativamente los salarios (THERÁN, 2018)

El aumento de la oferta laboral inicialmente genera una disminución de los salarios para los trabajadores calificados y no calificados (VALENCIA et al., 2020)

Correlación negativa no significativa entre los salarios medios (tanto para los colombianos únicamente como en general) y los flujos migratorios (ÁLVAREZ et al., 2022)

Hay efectos negativos (REINA et al., 2018; CARUSO et al., 2019; LEBOW, 2022; SANTAMARÍA, 2022; DELGADO, 2022; OBANDO et al., 2022)

### 6.2. ALGUNOS RESULTADOS NUMÉRICOS DE LA REDUCCIÓN DE INGRESOS, DEPENDIENTES DE LA POBLACIÓN, EL PERÍODO Y LA BASE DE COMPARACIÓN SELECCIONADOS.

Entre 3 y 8%, por incremento de inmigrantes en 1% (CARUSO et al., 2019)

Entre 1,6% y 1,7% por un aumento de 1% en la proporción de venezolanos empleados sobre la población ocupada total (DELGADO, 2022)

El impacto promedio general en los salarios de los nativos ronda el 1% (OBANDO et al., 2022)

El impacto difiere de un periodo a otro. Las mayores pérdidas salariales se observan en el 2015, con impactos negativos que van desde -0,56% hasta -6,01%. Para los otros años considerados, los impactos estimados generalmente no superan el 1% y pueden ser incluso positivos. (OBANDO et al., 2022)

### 6.3. DIFERENCIAS ECONÓMICAS E INTENSIDAD DE LA INMIGRACIÓN DEFINEN DISTINTOS IMPACTOS SOBRE LOS INGRESOS LABORALES EN LOS ESPACIOS GEOGRÁFICOS, PARTICULARMENTE EN ZONAS URBANAS DE MAYOR INMIGRACIÓN

No hay efectos estadísticamente significativos sobre los salarios de los trabajadores de las zonas rurales (CARUSO et al., 2019)

En empresas exportadoras de los departamentos con mayor inmigración, los inmigrantes redujeron los salarios de los trabajadores no calificados (LOMBARDO Y PEÑALOZA-PACHECO, 2021)

Efectos negativos sobre los salarios por hora de los nativos, moderadamente más fuertes en áreas metropolitanas con tasas de informalidad base más altas y menor facilidad para iniciar un negocio, lo que indica que las condiciones económicas locales son un determinante de los efectos de la migración en el mercado laboral (LEBOW, 2022)

Las ciudades más afectadas por la ola migratoria son las ciudades de Cúcuta y Bucaramanga en el sector informal, y el departamento del Atlántico en el sector formal. Aunque estadísticamente significativos, estos efectos todavía son pequeños (Santamaría, 2022)

Los inmigrantes se han insertado como competidores en el mundo informal, y han generado efectos negativos en las ventas y ganancias de los locales, ya que comparten los mismos espacios para la comercialización de sus bienes o servicios en Cartagena y Santa Marta (MAZA et al., 2023)

#### 6.4. CAÍDA DE LOS INGRESOS LABORALES CONCENTRADA EN EL SECTOR INFORMAL, ESPECIALMENTE EN EL DE MENOS CALIFICACIÓN, NO SOLO A CAUSA DE LA LLEGADA DE VENEZOLANOS, SINO, TAMBIÉN, DEL RETORNO DE COLOMBIANOS

Efecto insignificante sobre los salarios formales (DELGADO, 2022)

Caída de los salarios del sector informal (TRIBÍN-URIBE et al., 2020; DELGADO, 2022; ÁLVAREZ, 2022; LEBOW, 2022; SANTAMARÍA, 2022)

Asociación negativa más fuerte en los salarios del sector informal de baja calificación, dado que el empleo migrante se ha concentrado en este sector (ÁLVAREZ et al., 2022)

Las dificultades de muchos migrantes para su integración al mercado laboral formal han llevado a la precarización de los ingresos de la población venezolana (FARNÉ Y SANÍN, 2020)

Los retornados colombianos generan una reducción mayor en los salarios de la población no inmigrante en el sector informal (SANTAMARÍA, 2022)

#### 6.5. TAMBIÉN HAY CONCENTRACIÓN DE EFECTOS NEGATIVOS EN INGRESOS LABORALES EN ALGUNOS GRUPOS POBLACIONALES, ENTRE ELLOS LOS MENOS CALIFICADOS Y EDUCADOS Y EN LOS QUE YA TENÍAN MENORES INGRESOS, DOS CONDICIONES GENERALMENTE ASOCIADAS

El impacto se concentra principalmente entre los trabajadores menos educados o menos calificados (CARUSO et al., 2019; VALENCIA et al., 2020; DELGADO, 2022; LEBOW, 2022; OBANDO et al., 2022)

Al analizar el efecto a lo largo de la distribución salarial, los salarios ubicados en percentiles más bajos (percentil 25) se ven severamente más afectados en comparación con los ubicados en los percentiles superiores (percentil 90) (DELGADO, 2022)

La degradación ocupacional de los migrantes desempeña un papel importante en la concentración de los efectos salariales entre los nativos de menores ingresos (LEBOW, 2022; SANTAMARÍA, 2022)

## 6.6. JÓVENES Y MIGRANTES TAMBIÉN ESTÁN ENTRE LOS MÁS AFECTADOS EN SUS INGRESOS

Los jóvenes (de 15 a 24 años) experimentan caídas salariales mayores (CARUSO et al., 2019; SANTAMARÍA, 2022)

La población migrante, a pesar de que resulte obteniendo la misma o una mayor probabilidad de emplearse, comparado con un nativo colombiano, seguramente recibirá un menor ingreso por su labor (QUINTERO, 2021)

## 6.7. TRABAJADORES CALIFICADOS, MÁS EDUCADOS, EN VENTAS, SERVICIOS Y APOYO ADMINISTRATIVO, MUJERES, Y MIGRANTES REGULARES SON MENOS AFECTADOS Y EVENTUALMENTE MEJORAN SUS INGRESOS

En el mediano plazo, los trabajadores calificados, tanto locales como extranjeros, presentan mayores retornos laborales gracias a la mayor productividad marginal derivada del trabajo complementario de los inmigrantes (VALENCIA et al., 2020)

En los trabajadores con más estudios, impactos mínimos e incluso positivos (OBANDO et al., 2022, ÁLVAREZ et al., 2022)

La caída es menor para los trabajadores de ventas, servicios y apoyo administrativo. (SANTAMARÍA, 2022)

Los salarios formales e informales se ven relativamente menos afectados en las mujeres (SANTAMARÍA, 2022)

Sin evidencia que indique que el aumento de mujeres inmigrantes en edad de trabajar haya perjudicado los ingresos laborales de las mujeres nativas (OTERO-CORTÉS et al., 2022)

En particular, los inmigrantes regulares tienen un ingreso total más alto y un ingreso por hora más alto que otros inmigrantes (DÁVALOS, et al., 2023)

## 7. CONSIDERACIONES FINALES

Los impactos de la inmigración reciente desde Venezuela en el mercado laboral colombiano, particularmente en el empleo y los ingresos, han sido, en general, bajos, aunque, considerando momentos, poblaciones y lugares específicos, pueden haber llegado a ser moderados o, inclusive, positivos.

## REFERENCIAS

ÁLVAREZ, W.. La inmigración y el mercado laboral en Colombia. El caso de la diáspora venezolana. **Justicia**, n. 28, v. 43, p. 113-124, 2023. Disponible: <https://doi.org/10.17081/just.28.43.5714>

ALVAREZ, J; ARENA, M.; BROUSSEAU, A.; FARUQEE, H.; FERNANDEZ-CORUGEDO, E.; GUAJARDO, J.; PERAZA, G.; & YEPEZ, J.. **Regional spillovers from the Venezuelan crisis: migration flows and their impact on Latin America and the Caribbean**. International Monetary Fund, Western Hemisphere Department (Series), 2022. Disponible: <https://www.elibrary.imf.org/view/journals/087/2022/019/article-A001-en.xml>

BAHAR, D.; COWGILL, B. & GUZMAN, J.. **Legalizing Entrepreneurship**. 2023. NBER Working Papers 30624. Disponible: [https://www.nber.org/system/files/working\\_papers/w30624/w30624.pdf](https://www.nber.org/system/files/working_papers/w30624/w30624.pdf)

BAHAR, D.; DOOLEY, M.; y HUANG, C.. **Integración de los venezolanos en el mercado laboral colombiano**. Mitigando costos y maximizando beneficios. BROOKINGS GLOBAL ECONOMY & DEVELOPMENT. 2018. Disponible: [https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2018/12/venezuelan-migrants\\_spanish.pdf](https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2018/12/venezuelan-migrants_spanish.pdf)

DANY, B., D.; COWGILL, B.; & GUZMAN, J.. **Legalizing Entrepreneurship**. NBER Working Paper No. 30624. 2023. Disponible. [https://www.nber.org/system/files/working\\_papers/w30624/w30624.pdf](https://www.nber.org/system/files/working_papers/w30624/w30624.pdf)

BAHAR, D.; IBÁÑEZ, A. M.; & ROZO, S. V.. Give me your tired and your poor: Impact of a large-scale amnesty program for undocumented refugees. **Journal of Development Economics**, 151, 102652. 2021. Disponible: <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2021.102652>

BAHAR, D., MORALES-ARILLA, J., & RESTREPO, S.. **Economic Integration of Venezuelan Immigrants in Colombia: A Policy Roadmap**, n. 280. 2022. Center for Global Development. Disponible: [economic-integration-venezuelan-immigrants-colombia-policy-roadmap-ESP.pdf](https://www.cgdev.org/publication/economic-integration-venezuelan-immigrants-colombia-policy-roadmap-ESP.pdf)

BENÍTEZ, M.. Migración venezolana y productividad laboral en Colombia. **Coyuntura Económica**, v. LII, p. 35-64. 2022. Disponible: [https://www.repositorio.fedesarrollo.org.co/bitstream/handle/11445/4358/Co\\_Eco\\_Diciembre\\_2022\\_Ben%C3%ADtez.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://www.repositorio.fedesarrollo.org.co/bitstream/handle/11445/4358/Co_Eco_Diciembre_2022_Ben%C3%ADtez.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

BOÑILLA-MEJÍA, L.; MORALES, L. F.; HERMIDA-GIRALDO, D.; & FLÓREZ L. A.. The Labor Market of Immigrants and Non-Immigrants. Evidence from the Venezuelan Refugee Crisis. **Borradores de Economía**, n. 1119. 2020. Disponible: [https://repositorio.banrep.gov.co/bitstream/handle/20.500.12134/9872/be\\_1119.pdf?sequence=8&isAllowed=y](https://repositorio.banrep.gov.co/bitstream/handle/20.500.12134/9872/be_1119.pdf?sequence=8&isAllowed=y)

CARUSO, G; GOMEZ C.; & MUELLER, V.. Spillover effects of the Venezuelan crisis: migration impacts in Colombia. **Oxford Economic Papers**, n. 73, v. 2, p. 771–795, 2021. Disponible: <https://doi.org/10.1093/oep/gpz072>

COLOMBIA. **Manual de recolección y conceptos básicos Gran Encuesta Integrada de Hogares**. CNT-GEIH-MOT-001 VER. 04 Etapas 2301 – 2312 (Enero – diciembre 2023).

CUADRO, E.; TRUJILLO, L. D.; Y LINCE, C.. Determinantes de la informalidad laboral en Colombia: un enfoque desde la inmigración venezolana. **Panorama Económico**, v. 27, n. 2, p. 387-409. 2019. Disponible: <https://revistas.unicartagena.edu.co/index.php/panoramaeconomico/article/view/2634/2210>

DANE. **Producción Estadística (PES) Dirección de Metodología y Producción Estadística (DIMPE)**. 2021.

\_\_\_\_\_. **Encuesta Pulso de la Migración. Resultados para la 6ª ronda** (Agosto -septiembre de 2023). Departamento Administrativo Nacional de Estadística DANE.

\_\_\_\_\_. **Catálogo Central de Datos**. Disponible: <https://microdatos.dane.gov.co/index.php/catalog>

DÁVALOS, M. E.; ARDILA VARGAS, L. K.; & GARCIA-SUAZA, A.. Barriers to the Integration of Venezuelan Migrants and Refugees In. **Colombia**, n. 20822. 2023. Disponible: <https://repository.urosario.edu.co/bitstreams/a2d140d1-d499-487e-8329-535e1543fd55/download>

DÁVALOS, M. E.; ARDILA, L. K.; & GARCIA-SUAZA, A.. Barriers to the Integration of Venezuelan Migrants and Refugees in Colombia. **Serie Documentos de Trabajo**, n. 309, Universidad del Rosario, Facultad de Economía. 2023. Disponible: <https://repository.urosario.edu.co/server/api/core/bitstreams/a2d140d1-d499-487e-8329-535e1543fd55/content>

DELGADO, L.. Dynamics of local wages and employment: Evidence from the Venezuelan immigration In Colombia. **Working paper. Economic**, 2022-12. 2022. Disponible: <https://earchivo.uc3m.es/bitstream/handle/10016/35664/we2212.pdf?sequence=1>

FARNÉ, S. Y SANÍN, C.. Panorama laboral de los migrantes venezolanos en Colombia 2014-2019. Departamento De Seguridad Social y Mercado de Trabajo - Observatorio del Mercado de Trabajo y la Seguridad Social - Universidad Externado de Colombia. 2020. Disponible: <https://www.>



uexternado.edu.co/wp-content/uploads/2020/03/Panorama-laboral-de-los-migrantes.pdf

LEBOW, J.. ¿Cómo impacta la migración venezolana a la economía colombiana? Resumiendo las lecciones de investigaciones recientes. **Vox**. LACEA. The Resources sharing platform of the Latin American and Caribbean Economic Association (LACEA). 2023. Disponible: [https://vox.lacea.org/?q=blog/impacto\\_migracion\\_venezolana](https://vox.lacea.org/?q=blog/impacto_migracion_venezolana)

\_\_\_\_\_. The labor market effects of Venezuelan migration to Colombia: reconciling conflicting results. **IZA Journal of Development and Migration**, 2022. Disponible: <https://doi.org/10.2478/izajodm-2022-0005>

LOMBARDO. C.; PEÑALOZA-PACHECO, L.. Exports “Brother-boost”: The Trade-creation and Skill-upgrading Effect of Venezuelan Forced Migration on Colombian Manufacturing firms. **Documentos de Trabajo del CEDLAS**, n. 283, Julio, 2021, CEDLAS Universidad Nacional de La Plata. Disponible: [https://www.cedlas.econo.unlp.edu.ar/wp/wp-content/uploads/doc\\_cedlas283.pdf](https://www.cedlas.econo.unlp.edu.ar/wp/wp-content/uploads/doc_cedlas283.pdf)

MAZA, F., ROMÁN, R. & PÉREZ, M.. Informalidad laboral y migración venezolana en el caribe colombiano. Percepciones de los vendedores de Cartagena de Indias y Santa Marta. **Revista Saber, Ciencia y Libertad**, n. 18, v. 2, p. 236–265. 2023. Disponible: <https://doi.org/10.18041/2382-3240/saber.2023v18n2.10551>

Migración Colombia (2023). Así cumplimos en 2023: Migración Colombia. [https://unidadadministrativaespecialmigracioncolombia.micolombiadigital.gov.co/sites/unidad-administrativa-especial-migracioncolombia/content/files/000946/47283\\_boletin-periodistas-1.pdf](https://unidadadministrativaespecialmigracioncolombia.micolombiadigital.gov.co/sites/unidad-administrativa-especial-migracioncolombia/content/files/000946/47283_boletin-periodistas-1.pdf)

MUTIS, O. M.; RÍOS, C. J.; MONTAÑO. L. M.; MONROY, V.. Crisis u oportunidad: impacto de la migración venezolana en la productividad colombiana. **Revista Desarrollo y Sociedad**, n. 89, p. 13-56, 2021. Disponible: <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/dys/article/view/6780/7075>

OBANDO, A. J.; RAMONI-PERAZZI, J.; & GUERRERO, I.. Efectos de la migración venezolana sobre los salarios en Colombia. **Estudios de economía**, n. 49, v. 1, p. 91-113, 2021. Disponible: <https://www.scielo.cl/pdf/ede/v49n1/0718-5286-ede-49-1-00091.pdf>

OIT. Resolución de modificación de la resolución sobre las estadísticas del trabajo, la ocupación y la subutilización de la fuerza de trabajo. **ICLS/21/2023/Res. II, 21.<sup>a</sup> Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo**. Departamento de Estadística, Ginebra, 2023.

\_\_\_\_\_. Directrices relativas a las estadísticas de la migración laboral internacional. Oficina Internacional del Trabajo. Departamento de Estadística. CIET/20/2018/Directrices. **20ª Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo**. Ginebra, 10-19 de octubre de 2018.

OTERO-CORTÉS, A.; TRIBÍN-URIBE, A. M.; & MOJICA-URUEÑA, T.. The Heterogeneous Labor Market Effects of the Venezuelan Exodus on Female Workers: Evidence from Colombia. **Documento sobre economía regional y urbana**. n. 311, 2022. Disponible: <https://repositorio.banrep.gov.co/handle/20.500.12134/10459>

PULIDO, J. D.. Recuadro 3. Efectos en el mercado laboral colombiano de la reciente migración desde Venezuela. In: **Banco de la República**. Julio de 2019, Informe sobre inflación. p. 31-3, 2019. Disponible: [https://repositorio.banrep.gov.co/bitstream/handle/20.500.12134/9725/Informe\\_sobre\\_inflacion\\_julio\\_2019.pdf?sequence=9&isAllowed=y](https://repositorio.banrep.gov.co/bitstream/handle/20.500.12134/9725/Informe_sobre_inflacion_julio_2019.pdf?sequence=9&isAllowed=y)

QUINTERO, M.. **Integración de la población venezolana en el mercado laboral del Quindío 2019**. Universidad La Gran Colombia, Armenia. 2021. Disponible: [https://repository.ugc.edu.co/bitstream/handle/11396/7452/Melisa%20Giraldo\\_2019.pdf?sequence=1](https://repository.ugc.edu.co/bitstream/handle/11396/7452/Melisa%20Giraldo_2019.pdf?sequence=1)

REINA, M.; MESA, C.A.; Y RAMÍREZ, T.. Elementos para una política pública frente a la crisis de Venezuela. **Fedesarrollo**. 2018. Disponible: <https://www.repository.fedesarrollo.org.co/handle/11445/3680>

ROJAS, K. D.. **Migración y desempleo: estudio del caso de Colombia a través de un modelo de diferencias en diferencias**. Fundación Universidad de América. 2022. Disponible: <https://repository.uamerica.edu.co/handle/20.500.11839/8865>

SANTAMARIA, J.. “When a stranger shall sojourn with thee”: The impact of the Venezuelan exodus on Colombian labor markets. WP2-2022-002. **Colombia Científica – Alianza EFI**. 2022. Disponible: <https://alianzaefi.com/wp-content/uploads/2023/01/WP2-2022-002.pdf>

THERÁN, M.. **Impacto de la migración venezolana en el mercado laboral colombiano**. Universidad de los Andes. 2018. Disponible: <https://repositorio.uniandes.edu.co/server/api/core/bitstreams/534587c6-cc24-4d38-9d61-902d3c801e7e/content>

TORRIJOS, J. A; & GÓMEZ J. P.. **Impacto de la migración venezolana sobre la tasa de desempleo colombiana**. Universidad de los Andes. 2019. Disponible: <https://repositorio.uniandes.edu.co/server/api/core/bitstreams/e69ae743-38e0-4f3b-93c9-f17c994ed01f/content>

TRIBÍN, A.; ACHYUTA, A.; ANZOLA, C.; ÁVILA, Ó.; BONILLA, L.; CASTRO, J.; FLÓREZ, L.; GRAJALES, Á.; GUARÍN, A.; HAMANN, F.; HERMIDA, D.; KHANNA, G.; LASSO, F.; MEDINA, C.; MELO, L.; MÉNDEZ, J.; MORALES, L.; NYSHADAM, A.; OSPINA, J.; OTERO, A.; PULIDO, J.; RAMOS, J.; RAMOS, M.; TAMAYO, J.; & VELÁSQUEZ, S.. Migración desde Venezuela en Colombia: caracterización del fenómeno y análisis de los efectos macroeconómicos. **Ensayos sobre Política Económica (ESPE)**, n. 97, octubre, 2020. Disponible: <https://ideas.repec.org/a/bdr/ensayo/y2023i106p1-92.html#download>

VALENCIA, O. M.; ANGARITA, M.; JUAN SANTAELLA, J; & DE CASTRO, M.. Do Immigrants Bring Fiscal Dividends? The Case of Venezuelan Immigration In: Colombia. **IDB Working Paper**, Series N° IDB-WP 1170. 202. Disponible: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/237465/1/IDB-WP-1170.pdf>

## **EXPLORANDO AS DINÂMICAS DA OPERAÇÃO ACOLHIDA: IMPACTOS DO LIVRE TRÂNSITO DE VENEZUELANOS NAS FRONTEIRAS BRASILEIRAS SOBRE A REDE DE COOPERAÇÃO E O ACOLHIMENTO DE MIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL**

**Telmo Santiago Borges**

Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares,  
da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)  
[telmosantiagoborges@gmail.com](mailto:telmosantiagoborges@gmail.com)

### **Resumo**

Devido à atual instabilidade política, econômica e social na Venezuela, somada à existência de dispositivos legais que viabilizam o livre trânsito nas fronteiras, o Brasil, com cerca de 2.200 km de fronteira com esse país, emerge como uma opção para os venezuelanos em busca de melhores condições de vida. E para lidar com os efeitos desse fluxo misto de pessoas para a região norte do país, o Estado brasileiro implementou a Operação Acolhida, mobilizando diversos atores e ações governamentais. Assim, o estudo tem como objetivo compreender, a partir da Operação Acolhida, quais são os marcos legais que garantem o direito dos migrantes e refugiados de buscar uma vida melhor no Brasil e como funciona o acolhimento desse público, diante dos variados atores envolvidos na operação, para isso o trabalho empregou uma abordagem metodologia qualitativa, com objetivo descritivo, utilizando a Operação Acolhida como um estudo de caso único, além de pesquisas documentais e bibliográficas como estratégia complementar. A pesquisa enriquece o conhecimento acadêmico ao explorar os marcos legais nacionais e internacionais relacionados ao livre trânsito nas fronteiras. Além disso, examina a rede de cooperação estabelecida pela Operação Acolhida, visando proporcionar o mais eficaz acolhimento aos refugiados e migrantes venezuelanos, garantindo-lhes condições dignas de recepção.

**Palavras-chaves:** Migrantes. Refugiados. Marco Legal. Operação Acolhida.

### **Resumen**

Debido a la actual inestabilidad política, económica y social de Venezuela, sumada a la existencia de disposiciones legales que permiten el libre tránsito a través de fronteras, Brasil, con alrededor de 2.200 kilómetros de frontera con ese país, surge como una opción para los venezolanos en busca de un mejor nivel de vida. Y para hacer frente a los efectos de este flujo mixto de personas hacia la región norte del país, el Estado brasileño implementó la Operación Acolhida, movilizand o diversos actores y acciones gubernamentales. Así, el estudio tiene como objetivo comprender, a partir de la Operación Acolhida, cuáles son los marcos legales que garantizan el derecho

de los migrantes y refugiados a buscar una vida mejor en Brasil y cómo funciona la recepción de este público, dados los diversos actores involucrados en la operación. Para lograr esto, el trabajo utilizó un enfoque metodológico cualitativo, con objetivo descriptivo, utilizando la Operação Acolhida como estudio de caso único, además de la investigación documental y bibliográfica como estrategia complementaria. La investigación enriquece el conocimiento académico al explorar los marcos legales nacionales e internacionales relacionados con la libre circulación transfronteriza. Además, examina la red de cooperación establecida por Operação Acolhida, con el objetivo de brindar la acogida más efectiva a los refugiados y migrantes venezolanos, garantizándoles condiciones de acogida dignas.

**Palabras clave:** Migrantes. Refugiados. Marco legal. Operación Bienvenida.

## 1. INTRODUÇÃO

A migração forçada ressurgiu como um fenômeno que chama a atenção global no século XXI. Em diferentes continentes e nações, a chegada de migrantes e refugiados, tornou-se uma ocorrência frequente. Na América do Sul, crises internas e diversos fatores têm desencadeado um êxodo significativo de cidadãos venezuelanos para outros países da região (FRANCHI, 2019).

Assim, segundo (SIMÕES *et al.*, 2022) esse fluxo misto de venezuelanos em busca de melhores condições de vida ou para escapar de perseguições enfrentam o desafio crucial de se adequar à legislação nacional que garanta sua proteção ao chegarem a um novo país. Afinal, cada nação detém soberania para estabelecer normas que regulamentem a entrada e permanência de estrangeiros em seu território.

Esses autores destacam que no contexto dos migrantes e refugiados, a observância de acordos internacionais e da legislação nacional é essencial ao planejar e executar operações de ajuda humanitária, destacando a importância de um arcabouço legal para orientar as ações do Estado e das instituições envolvidas.

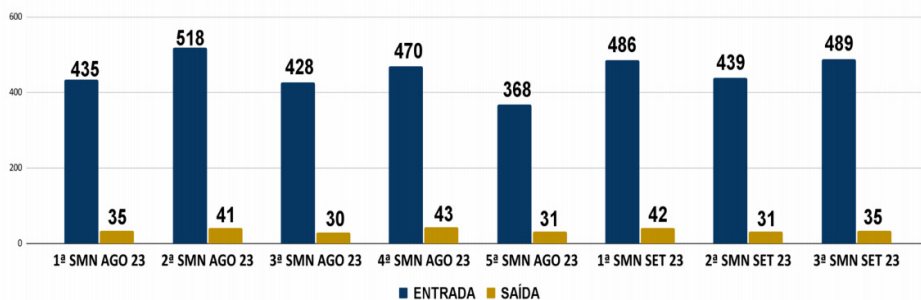
Com isso, para compreender o trabalho desenvolvido pela Operação Acolhida diante ao fluxo misto de entrada de venezuelanos no Brasil, é essencial familiarizar-se com os atuais marcos legais nacionais e internacionais que regem a proteção dos migrantes e refugiados.

Ao examinar mais detalhadamente a mencionada operação, é evidente que diante do panorama desafiador enfrentado pelos venezuelanos, o Estado brasileiro tem mobilizado diversos atores e implementado medidas governamentais para reduzir os impactos desse movimento migratório na região norte do país e promover práticas de acolhimento dignas para essa população vulnerável (CRUZ, 2020).

## 2. OBJETIVOS

Segundo Major Haullinson<sup>1</sup>, a entrada diária de venezuelanos no Brasil permanece em torno de 455 pessoas, o que suscita questões sobre os regulamentos que regem a permissão desse volume migratório. Este estudo tem como propósito explorar, diante dos marcos legais, como a Operação Acolhida está lidando com as práticas de acolhimento e as redes de cooperação em favor deste fluxo diversificado de venezuelanos no território brasileiro.

**Figura 1** - Entrada e saída de venezuelano no Brasil por Pacaraima.



Fonte: HAULLINSON, 2023.

## 3. METODOLOGIA

Para atingir esse objetivo, optou-se por uma abordagem metodológica qualitativa de natureza descritiva, através de uma coleta de dados advinda de uma revisão bibliográfica e análise documental, visando identificar os marcos legais vigentes, nacionais e internacionais, sobre a temática dos migrantes e refugiados, e aplicá-los no contexto específico da Operação Acolhida (estudo de caso único).

Além disso, foi realizada uma exposição detalhada do funcionamento do Posto de Triagem e do Posto de Recepção e Apoio, onde foram coletados dados sobre os variados serviços oferecidos aos venezuelanos. Destaca-se também o trabalho colaborativo entre militares e agências, imprescindível para viabilizar essa assistência.

1 O major do Exército Brasileiro Haullinson, foi o adjunto do Centro de Operações da FT Log Hum no 16º contingente (16 de maio a 15 de outubro de 2023) da Operação Acolhida. Essas informações foram compartilhadas pelo militar, durante uma palestra ministrada sobre a Operação Acolhida, realizada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército no dia 02/10/2023.

## 4. RESULTADOS

Este estudo elucidou o conjunto de leis que respaldam os cidadãos venezuelanos na busca por proteção ou melhores condições de vida no Brasil. Além disso, ao investigar a Operação Acolhida, foi possível observar a efetiva sinergia entre diversas agências, resultando em impactos numéricos significativos. Como evidenciado no trabalho, os atores envolvidos prestaram coletivamente uma média diária de 1.401 atendimentos, totalizando 32.226 serviços oferecidos à população venezuelana somente em janeiro deste ano (SIQUEIRA,2024).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de contribuir com o “Encontro Internacional sobre mobilidade populacional na América do Sul”, particularmente no seu quinto eixo temático<sup>2</sup>, o presente trabalho explorou o tópico *acesso a direitos*, citando a fundamentação fornecida pelas leis internacionais e nacionais que respaldam o fluxo misto de migrantes e refugiados venezuelanos em busca de proteção ou de melhores condições de vida no Brasil.

Em seguida, para abordar o tópico *práticas de acolhimento*, foi apresentada a Operação Acolhida, detalhando o esforço do Estado brasileiro em mobilizar diversos atores e implementar medidas governamentais para amenizar os impactos do fluxo misto de venezuelanos em Roraima.

As redes de cooperação se manifestam através da identificação do trabalho conjunto de diversas agências, cada uma contribuindo com suas particularidades, para realizar uma grande quantidade de tarefas em benefício do povo venezuelano.

Dessa forma, esta pesquisa buscou apresentar uma conexão que os 3 enfoques do eixo temático 5 (PAC) possuem. Ou seja, a existência dos marcos legais citados, garantem que migrantes e refugiados venezuelanos transponham as fronteiras brasileiras, a fim de buscar melhor qualidade de vida para suas famílias ou para preservar sua vida ou liberdade, anteriormente ameaçada.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. **Institui a lei de migração**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 99, p. 1-44, 25 de maio. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. **Implementa o estatuto dos refugiados**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 15822, 23 de julho de 1997.

---

2 Práticas de Acolhimento, Acesso a Direitos e Redes de Cooperação (PAC)



COLÓQUIO. **Declaração de Cartagena**. “Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá: Problemas Jurídicos e Humanitários. *Anais...*Cartagena: 22 nov. 1984.

CRUZ, G. L.. **Um estudo sobre a Operação Acolhida**. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2020.

FRANCHI, T.. **Operação Acolhida: A atuação das Forças Armadas Brasileiras no suporte aos deslocados venezuelanos**. *Military Review*, v. [on line], n. Janeiro, p. 1-13, 2019.

HAULLINSON, J.. **Operação Acolhida**, 2023. 52 slides. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/Telmo52/operao-acolhidapdf>. Acesso em: 02 jan 2024.

JUBILUT, L. L.; GODOY, G. G. DE. **Refúgio no Brasil Comentários à lei 9.474/97**. Quartier Latin ed. São Paulo: UNHCR, 2017. v. 1

MENDES, A. D. A.; BRASIL, D. R.. **A Nova Lei de Migração Brasileira e sua Regulamentação da Concessão de Vistos aos Migrantes**. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, v. 43, n. 84, p. 64–88, 19 jun. 2020.

ONU. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Assembleia Geral da ONU Genebra, Suíça, 28 jul. 1951.

ONU. **Protocolo de 1967**. Assembleia Geral da ONU Estado Unidos da América, 31 jan. 1967.

SIMÕES, G.; CERÁVOLO, L.; FRANCHI, T.. **A evolução da legislação sobre o refúgio no âmbito internacional, regional e nacional e seus impactos para a Operação Acolhida**. p. 78–88, *A Defesa Nacional*, n. 846, 24 jan. 2022.

SIQUEIRA, J.. **Relatório Janeiro de 2024\_Atendimentos do Posto de Triagem**. Boa Vista, 2024b. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshows/relatrio-de-atendimento-do-ptrijan-2024pdf/266499919>. Acesso em 23 jan 2024.

## GOVERNANÇA DIGITAL MIGRATÓRIA E A GESTÃO DE DADOS NA FRONTEIRA BRASIL-VENEZUELA

**Julia Camargo**

Docente do Departamento de Relações Internacionais  
da Universidade Federal de Roraima.

[julia.camargo@ufr.br](mailto:julia.camargo@ufr.br)

**Amanda Alencar**

Docente associada do Departamento de Media and  
Communication, Erasmus University Rotterdam, Holanda.

[pazalencar@eshcc.eur.nl](mailto:pazalencar@eshcc.eur.nl)

### Resumo

O deslocamento de venezuelanos, principalmente para outras nações sul-americanas, contribuiu para a ampliação da adoção de tecnologias digitais pelas respostas humanitárias implementadas na região. Diversos estudos têm questionado a adoção de tecnologias digitais por Estados e atores da resposta humanitária para a gestão de fronteiras, incluindo os riscos éticos envolvidos no acesso e monitoramento de dados de pessoas em situação de deslocamento forçado. A partir da realização de entrevistas e grupos focais com 14 migrantes venezuelanos, que passaram pela dinâmica de coleta de dados digitais na fronteira Brasil-Venezuela, este artigo se esforça para construir entendimentos sobre as táticas subjetivas de consenso, negociação e contestação das relações de poder utilizadas face às tendências globais da digitalização dos espaços fronteiriços. A conclusão avalia criticamente a dinâmica de fornecimento de dados e aponta para caminhos práticos que podem ser adotados na forma de políticas públicas nessa temática.

**Palavras-chave:** Migração Digital. Fronteira Brasil-Venezuela. Dados. Táticas.

### Resumen

El desplazamiento de venezolanos, principalmente hacia otras naciones sudamericanas, contribuyó a la expansión de la adopción de tecnologías digitales por parte de las respuestas humanitarias implementadas en la región. Varios estudios han cuestionado la adopción de tecnologías digitales por parte de los Estados y los actores de la respuesta humanitaria para la gestión de fronteras, incluidos los riesgos éticos que implica el acceso y el seguimiento de datos sobre personas en situaciones de desplazamiento forzado. A partir de entrevistas y grupos focales con 14 migrantes venezolanos, que atravesaron la dinámica de recolección de datos digitales en la frontera Brasil-Venezuela, este artículo busca construir entendimientos sobre las táticas subjetivas

de consenso, negociación y contestación de las relaciones de poder utilizadas a la luz de Tendencias globales en la digitalización de los espacios fronterizos. La conclusión evalúa críticamente la dinámica del suministro de datos y señala caminos prácticos que pueden adoptarse en forma de políticas públicas sobre este tema.

**Palabras clave:** Migración Digital. Frontera Brasil-Venezuela. Datos. Táctica.

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o deslocamento de venezuelanos, principalmente para outras nações sul-americanas, contribuiu para a ampliação da adoção de tecnologias digitais nas ações humanitárias implementadas na região (DOMENECH, BASUALDO, PEREIRA, 2023). Estima-se que o Brasil seja o quinto maior destino para os 6,8 milhões de venezuelanos deslocados no mundo. Mais de 261.000 venezuelanos solicitaram asilo no país até o final do ano de 2022 (OIM, 2023). Quando Adri (venezuelana, 43 anos, advogada e mãe) atravessou a fronteira entre a Venezuela e o Brasil, ela ficou impressionada com a variedade de equipamentos tecnológicos aguardando sua chegada:

Ao entrar nas tendas para processar a documentação, tive uma grande surpresa: estava totalmente equipado, com computadores, podíamos ouvir o barulho das teclas. A organização que nos ajudou revisou minha permissão de entrada. Eu tive que deixar a marca de todos os meus dedos, passei inclusive por uma espécie de binóculos que capturaram as imagens dos meus olhos, mas eu não sei para quê! Tudo organizado, respeitoso e militar.

O relato de Adri enfatiza uma tendência global na gestão contemporânea de fronteiras e pessoas em deslocamento forçado: por um lado, nota-se a crescente utilização de tecnologias digitais pelos Estados-nações e atores da resposta humanitária (MADIANOU, 2019) e, por outro, a necessidade de pessoas em situação de deslocamento forçado fornecerem significativas quantidades de dados pessoais para acessarem serviços humanitários, muitas vezes, sem ter informações suficientes sobre seu processamento (KAURIN, 2019).

No meio acadêmico diversos estudos têm questionado a adoção de tecnologias digitais por Estados, organizações governamentais e não governamentais para gestão das fronteiras, incluindo os riscos éticos envolvidos no acesso e monitoramento de dados de migrantes e refugiados (LEURS, SMETS, 2018; MAITLAND, 2018).

Como parte da recepção de venezuelanos que chegam ao Brasil, dados básicos de identificação e outras informações mais complexas são solicitadas

por diversos atores. Após a passagem obrigatória pela Polícia Federal, o órgão responsável pelo registro de estrangeiros nas fronteiras brasileiras, venezuelanos recém-chegados passam por um processo de coleta, gerenciamento e armazenamento de dados realizado por dois protocolos institucionais da resposta humanitária: o Sistema PRIMES, sob a responsabilidade do ACNUR, e o Sistema Acolhedor, administrado pelo governo brasileiro.

O sistema PRIMES, implementado em várias regiões do mundo, gerencia a coleta de dados biométricos de pessoas em situação de deslocamento forçado e todos os dados são armazenados em uma base global. De acordo com o ACNUR<sup>1</sup>, a dinâmica visa oferecer uma identidade digital que permita aos refugiados acessarem serviços e benefícios. Através do sistema, o ACNUR pode autorizar o acesso dos dados a parceiros para esforços colaborativos. Os dados coletados pelo ACNUR, além de identificar ações para ajudar as pessoas, são usados na gestão dos abrigos, regularização da migração e no processo de realocação de pessoas para outros locais.

Já o Sistema Acolhedor foi implementado por meio de uma resolução de 2019 do Governo Brasileiro<sup>2</sup> e designado como o registro e banco de dados oficiais da Operação Acolhida, nome dado à força tarefa liderada pelas Forças Armadas Brasileiras, com o apoio de outros atores, responsável pela gestão do processo migratório venezuelano no Brasil. Dados não biométricos são coletados pelo Sistema Acolhedor, como por exemplo: nome, escolaridade, profissão, qualificações e são registrados digitalmente. O acesso e o compartilhamento de dados também são permitidos a diferentes parceiros da Operação Acolhida.

Paradoxalmente, ambos os sistemas operam em um contexto de crescente desigualdade digital enfrentado por refugiados venezuelanos (ALENCAR, 2020; CAMARGO, 2021; COGO, CAMARGO, GENERALI, 2023; CAMARGO, 2023). Se, por um lado, a governança migratória se encontra cada vez mais tecnológica, por outro lado, a jornada de venezuelanos que chegam ao Brasil é marcada pela precariedade da informação e conectividade limitada. Entre os desafios de comunicação enfrentados pelos venezuelanos, o acesso a recursos digitais para obter informações contínuas e confiáveis se destaca como crucial. Em um cenário em que metade dos venezuelanos diz que não se sente suficientemente informada, e 69% não têm acesso ao Wi-Fi (R4V, 2020).

Na tensão entre a precariedade da informação entre os venezuelanos e a digitalização da governança migratória, procuramos entender as práticas individuais de fornecimento de dados e noções subjetivas de privacidade em uma dinâmica estatal quase inevitável ao cruzar a fronteira.

1 Disponível em: <https://www.unhcr.org/registration-guidance/es/chapter3/registration-tools/>

2 Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Emergencial\\_10\\_DE\\_1%C2%BA\\_DE\\_NOVEMBRO\\_DE\\_2019.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Emergencial_10_DE_1%C2%BA_DE_NOVEMBRO_DE_2019.pdf)

## **2. OBJETIVOS**

Este artigo tem como objetivo analisar criticamente a governança digital migratória estabelecida na fronteira Brasil-Venezuela. A partir da dinâmica de coleta de dados de venezuelanos em situação de deslocamento forçado pela resposta humanitária, busca-se construir entendimentos sobre as táticas subjetivas de consenso, negociação e contestação das relações de poder empregadas por eles face às tendências globais relacionadas à digitalização dos espaços fronteiriços.

## **3. METODOLOGIA**

A metodologia da pesquisa foi baseada em entrevistas e na realização de grupos focais com catorze venezuelanos, que passaram pela dinâmica de coleta de dados na fronteira entre Brasil e Venezuela. Os grupos focais ocorreram de forma presencial no ano de 2019 e as entrevistas ocorreram de forma presencial em 2022, após a pandemia do Covid-19. A pesquisa tem o aval do Comitê de Ética da Plataforma Brasil e os nomes dos participantes são fictícios para a preservação de suas identidades.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A partir das entrevistas e grupos focais, notamos dois tipos de táticas utilizadas por venezuelanos que passam pelo processo de coleta de dados, ao chegarem ao Brasil: a) cooperação direta, ou seja, fornecem os dados sem questionamentos ou sentimento de insegurança em relação ao processo, em troca do objetivo de entrar ao Brasil e/ou garantir benefícios; b) cooperação acompanhada por apreensão, ou seja, fornecem os dados para garantir a entrada ao Brasil, mas sentem dúvidas, inseguranças, desconfianças, vontades de não passar todas as informações em relação ao processo.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O artigo destaca a importância de promover uma avaliação crítica e o desenvolvimento de políticas públicas colaborativas que abordem a questão da coleta de dados por meio de biometria e/ou outras tecnologias por atores da resposta humanitária. Informar melhor pessoas em situação de deslocamento, ouvi-las sobre a questão e garantir que elas mesmas tenham acesso às plataformas

onde seus dados estão armazenados são alguns dos pontos sugeridos nas considerações finais.

## REFERÊNCIAS

CAMARGO, J. Lucha migrante y comunicación en la frontera Brasil-Venezuela: entre asedios y brechas. **Mediaciones**. v. 19, n. 30, p. 23–45, enero-jun. 2023. Disponível em: <https://revistas.uniminuto.edu/index.php/med/article/view/3122> . Acesso em: 31 jul 2023.

CAMARGO, J.; COGO, D.; ALENCAR, A.. Venezuelan Refugees in Brazil: Communication Rights and Digital Inequalities During the Covid-19 Pandemic. **Media and Communication**, v. 10, n. 2, p. 230-340, 2022. Disponível em: <https://www.cogitatiopress.com/mediaandcommunication/article/view/5051>. Acesso em: 5 ago. 2023.

CAMARGO, J. F.. Entre a precariedade e a resiliência: refugiados venezuelanos em busca de informação/comunicação na fronteira Brasil-Venezuela. In: ANAIS DO 44º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. **Anais [...]** Recife, 2021, p. 1-18. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt7-cc/julia-faria-camargo.pdf> Acesso em: 27 mar. 2022.

COGO, D.; CAMARGO, J.; GENERALI, S.. Comunicación y ciudadanía de refugiados venezolanos en centros de acogida en la frontera Brasil-Venezuela. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. v. 46, p. 1-16, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-58442023104es> . Acesso em: 31 jul. 2023.

DOMENECH, E.; BASUALDO, L.; PEREIRA, A.. Migraciones, fronteras y política de datos: nuevos medios de control del movimiento en el espacio sudamericano. In: RIVERA SÁNCHEZ, L., HERRERA, G; DOMENECH, E. (coord.), **Movilidades, derecho a migrar y control fronterizo en América Latina y el Caribe**. 2022. p. 317-355. Disponível em: <https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2023/04/Movilidades-control-fronterizo.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2023.

KAURIN, D.. Space and imagination: rethink refugees. **UNHCR**, 2020. Disponível em: [https://www.unhcr.org/innovation/wp-content/uploads/2020/04/Space-and-imagination-rethinking-refugees%E2%80%99-digital-access\\_WEB042020.pdf](https://www.unhcr.org/innovation/wp-content/uploads/2020/04/Space-and-imagination-rethinking-refugees%E2%80%99-digital-access_WEB042020.pdf). Acesso em: 05 ago.2020.

LEURS, K.; SMETS, K.. Five questions for digital migration studies: Learning from digital connectivity and forced migration in (to) Europe.

**Social Media+ Society**, v. 4, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2056305118764425>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

MAITLAND, C.. **Digital Lifeline?** ICTs for Refugees and Displaced Persons. MIT Press, 2018.

R4V - Information and Communication Needs Assessment. 2020. Disponível em: <https://r4v.info/en/documents/details/73683>. Acesso em: 02 Fev. 2020.



## **ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA PARA MIGRANTES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BOA VISTA - RORAIMA - BRASIL**

**Francisca Silva**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Novas Tecnologias Centro Universitário Internacional (UNINTER)  
francisca\_s9silva@hotmail.com

**Luana Wunsch**

Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Educação e Novas Tecnologias Centro Universitário Internacional (UNINTER)  
lpriscila@gmail.com

### **Resumo**

Este trabalho é parte de um estudo em andamento vinculada ao grupo de pesquisa - Educação a Distância, na linha “Formação de Professores”, com destaque para o projeto “Perspectivas Inovadoras, Híbridas e Ativas em Contexto Educacional Pós-Março 2020” do Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias do Centro Universitário Internacional (UNINTER) - Brasil. Tem por objetivo mapear o acesso à Educação Básica para migrantes na Rede Municipal de Ensino da cidade de Boa Vista - Roraima - Brasil. Utilizamos como procedimento metodológico uma revisão bibliográfica e documental acerca do quantitativo de alunos migrantes matriculados no período de 2015 a 2022, conforme dados do Observatório da Rede Municipal de Ensino de Boa Vista, Estado de Roraima - Brasil. A Rede Municipal de Boa Vista, que possui um quantitativo expressivo de alunos migrantes na qual se destaca o número de alunos de origem venezuelana. A Rede Municipal de Boa Vista tem atuado de forma contínua para assegurar que todos os alunos, sejam eles brasileiros, venezuelanos ou de outras nacionalidades, tenham acesso a uma educação de qualidade que possibilite o desenvolvimento e a aprendizagem nesse contexto de diversidade das escolas municipais.

**Palavras-chave:** Crise migratória. Educação Básica em Roraima. Estudantes venezuelanos no Brasil.

### **Resumen**

Este trabajo forma parte de un estudio en curso vinculado al grupo de investigación - Educación a Distancia, en la línea “Formación Docente”, con énfasis en el proyecto “Perspectivas Innovadoras, Híbridas y Activas en el Contexto Educativo Post-Marzo 2020” del Doctorado Profesional en Educación y Nuevas Tecnologías del Centro Universitario Internacional (UNINTER) - Brasil. Tiene como objetivo mapear el acceso

a la Educación Básica de inmigrantes en la Red Municipal de Educación de la ciudad de Boa Vista - Roraima - Brasil. Como procedimiento metodológico se utilizó una revisión bibliográfica y documental sobre el número de estudiantes inmigrantes matriculados en el período de 2015 a 2022, según datos del Observatorio de la Red Educativa Municipal de Boa Vista, Estado de Roraima - Brasil. La Red Municipal de Boa Vista, que cuenta con un número importante de estudiantes inmigrantes, en la que destaca el número de estudiantes de origen venezolano. La Red Municipal de Boa Vista ha trabajado continuamente para garantizar que todos los estudiantes, ya sean brasileños, venezolanos o de otras nacionalidades, tengan acceso a una educación de calidad que posibilite el desarrollo y el aprendizaje en este contexto de diversidad en las escuelas municipales.

**Palabras clave:** Crisis migratoria. Educación Básica en Roraima. Estudiantes venezolanos en Brasil.

## 1. INTRODUÇÃO

Boa Vista, em Roraima, tornou-se, na segunda década do século XXI, um dos epicentros da crise migratória venezuelana no Brasil, segundo a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR/ UNHCR, 2023). Como primeira capital na rota desses migrantes, enfrenta desafios em oferecer serviços básicos como saúde e educação. Para a pesquisa aqui proposta partimos do seguinte questionamento: o acesso à Educação Básica é garantido para migrantes na Rede Municipal de Ensino da cidade de Boa Vista, Roraima, Brasil?

## 2. OBJETIVOS

- Mapear o acesso à Educação Básica para migrantes na Rede Municipal de Ensino da cidade de Boa Vista - Roraima-Brasil, no período de 2015 a 2022.
- Levantar as diferentes nacionalidades dos alunos migrantes matriculados na Rede Municipal de Ensino de Boa Vista.

## 3. METODOLOGIA

A relevância acadêmica e social do trabalho se justifica pela necessidade de se compreender a prática do professor no cenário educacional, tendo em vista, o progressivo aumento do número de crianças venezuelanas matriculadas em escolas da referida rede de ensino (SILVA, WUNSCH, 2022).

Este estudo aborda o acesso à Educação Básica de alunos migrantes matriculados na Rede de Ensino Municipal da Boa Vista, Roraima, Brasil. Utilizamos uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo, baseou-se em revisão bibliográfica,

documentos oficiais e análise de dados do Censo da Educação Básica de 2015 a 2022, coletados pelo Observatório da Rede Municipal de Ensino de Boa Vista-Roraima.

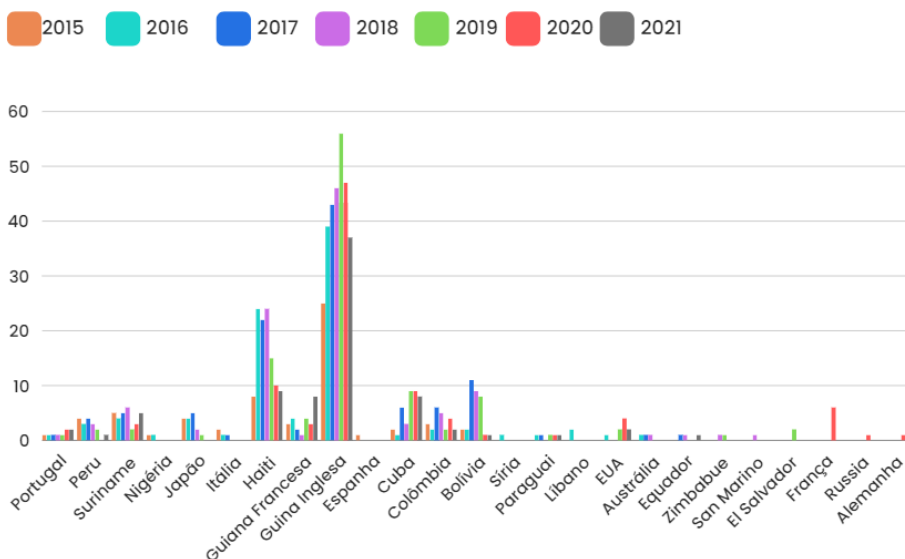
#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Boa Vista, capital de Roraima, Brasil, tem vivenciado uma migração intensa, especialmente de venezuelanos, marcando um dos maiores fluxos migratórios recentes na América do Sul. Essa situação trouxe desafios sociais, com destaque para a educação de crianças e adolescentes migrantes, enfatizando a importância da educação como direito fundamental para a inclusão social. Assegurar o acesso à educação de qualidade para essas populações migrantes é essencial.

Dessa forma, de acordo com dados do Observatório da Cidade de Boa Vista, o total de matrículas na Rede Municipal de Ensino entre os alunos de 2015 a 2022 passou de 30.650 para 45.627, respectivamente. Fato este que demonstra um quantitativo crescente de matrículas considerando o público de alunos nas etapas da Educação Básica: Educação Infantil (creches e pré-escolas) e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), bem como as matrículas nas modalidades Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos-EJA, que são modalidade de ofertadas na Rede Municipal. Observa-se que o total de alunos matriculados em 2015 corresponde a 30.650, 2016 de 34.104, 2017 de 36.043, 2018 de 36.878, 2019 de 39.683, anos 2020 de 42.939, 2021 de 44.041 em 2022 de 45.627.

Outro ponto para análise corresponde ao total de alunos matriculados de outras nacionalidades com exceção no gráfico, a seguir dos alunos de nacionalidade venezuelana.

**Gráfico 1** - Matrícula de alunos migrantes por nacionalidade - exceto Venezuelanos.

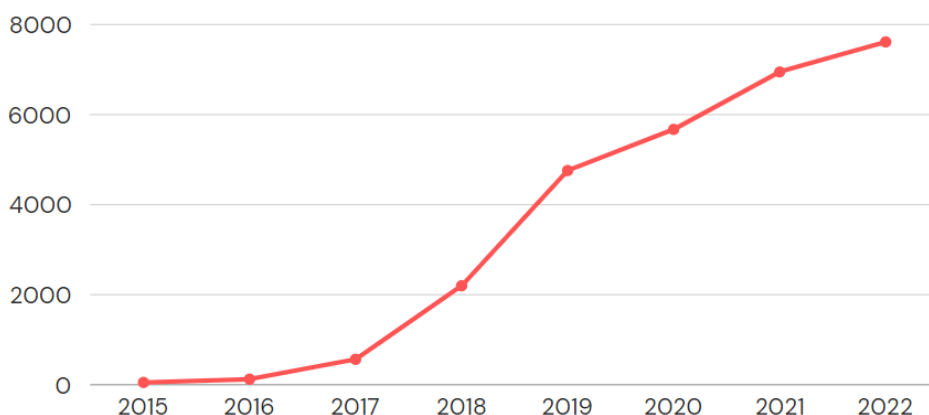


Fonte: Autoras, 2022.

Observa-se que ao longo do período de 2015 a 2021, a rede Municipal de Ensino teve um expressivo quantitativo de alunos de outras nacionalidade com destaque para alunos oriundos do Haiti, País este que tem um histórico de migrações registrados para o Brasil desde meados do ano de 2010. Outro País em destaque é a República Cooperativa da Guiana que faz fronteira com o Estado de Roraima sendo a porta de entrada o município de Bonfim.

Destacamos a seguir um panorama de matrículas de alunos venezuelanos matriculados na rede Municipal, que se sobressaem o quantitativo de alunos venezuelanos tendo em vista as migrações de venezuelanos para o Brasil.

**Gráfico 2** - Matrícula de alunos Venezuelanos.



Fonte: Autoras, 2022.

Observa-se que no gráfico 3 o número de alunos de origem Venezuelana matriculados na rede de Educação Básica municipal em 2015 era de 53 alunos. No ano de 2016 foram registradas 123 matrículas. Já em 2017 foram registradas 565. Em 2018 são 2199. Para 2019 temos 4758. Em relação a 2020 são 5672. No ano de 2021 um total de 6952 e por fim em 2022 um total de 7615.

Observa-se que o número de alunos de nacionalidade venezuelana teve um expressivo aumento ao longo desses oito anos. Dessa forma, a Prefeitura de Boa Vista tem atuado de maneira ativa para a inclusão destes alunos para a garantia do acesso de matrícula na rede pública de ensino.

Em Boa Vista, os alunos migrantes vêm de mais de 10 nacionalidades, criando assim, desafios para as escolas municipais em garantir matrícula, permanência, aprendizado e um ambiente acolhedor e inclusivo que respeite a diversidade destas populações.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a pergunta de pesquisa: o acesso à Educação Básica é garantido para migrantes na Rede Municipal de Ensino da cidade de Boa Vista, Roraima, Brasil? Observamos que no contexto educacional, existe a presença significativa de alunos migrantes nas escolas públicas municipais de Boa Vista, o que reflete a necessidade da garantia do acesso à Educação Básica, sendo um direito fundamental, que desempenha um papel essencial para a inclusão social dos migrantes. Desde 2015, observou-se um crescente número de matrículas de alunos venezuelanos nas escolas públicas. Essa realidade destaca a necessidade da garantia de acesso à Educação Básica de qualidade e acessível a todos os migrantes assegurando seu acesso, permanência e integralização em um ambiente educacional de diversidade.

Dessa forma, a chegada contínua de migrantes apresenta um desafio significativo para o sistema educacional, que deve desenvolver estratégias de acolhimento e inclusão para garantir a integração desses alunos no sistema público de ensino.

## REFERÊNCIAS

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. 2023. **Necessidades críticas das Américas**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues>. Acesso em 15 de fevereiro de 2024.

BOA VISTA. Prefeitura Municipal. **Alunos migrantes na Rede Municipal de Ensino**. Disponível em: <https://observatorio.boavista.rr.gov.br/indicadores/alunos-migrantes-na-rede-municipal-de-ensino>. Acesso em 2 abril.2023.

BOA VISTA. Prefeitura Municipal. **Matrículas na Rede Municipal de Ensino**. Disponível em: <https://observatorio.boavista.rr.gov.br/indicadores/atendimento-escolar>. Acesso em 2 abril.2023.

SILVA, F. e; WUNSCH, L. P. Reflexões sobre a educação de refugiados em Roraima. In: Anais do II Congresso Internacional de Ensino e Formação Docente. **Anais**. Redenção (CE), Unilab, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/cief/539380-REFLEXOES-SOBRE-A-EDUCACAO-DE-REFUGIADOS-EM-RORAIMA>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2024.

## MIGRAÇÃO VENEZUELANA: A SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO COMO ESTRATÉGIA MIGRATÓRIA

**Duval M. Fernandes**

Programa de Pós Graduação em Geografia – PUC Minas  
[duval@pucminas.br](mailto:duval@pucminas.br)

**Denise F. Mendes**

Departamento de Administração Universidade Federal de Roraima/UFRR  
[denise.mendes@ufr.br](mailto:denise.mendes@ufr.br)

### Resumo

A crise social e política na Venezuela contribuiu para a construção de fluxo migratório sem precedentes na América do Sul. Apesar de países que mais receberam imigrantes venezuelanos terem adotado políticas semelhantes, como a extensão do acordo de Livre Trânsito do Mercosul para nacionais daquele país, é na concessão de refúgio que cada país adotou ações distintas. O Brasil, de forma inovadora, aplicou o reconhecimento *prima facie*, o que permitiu a mais de 50.000 venezuelanos obter o status de refugiado no país, entre 2016 e 2022. Esse número representa mais de 88% do total das solicitações recebidas, de todas as nacionalidades. No entanto, essa estratégia tem, também, ampliado os casos de solicitação de arquivamento e extinção do processo de solicitação de refúgio. Se por um lado tem-se o elevado número de solicitações e concessões de refúgio, por outro, avista-se o aumento da alteração desse status, para o de autorização temporária de residência. O que se pretende, nesse texto, é analisar, de forma embrionária, as estratégias adotadas por países da América do Sul para tratar o fluxo migratório venezuelano, com especial atenção ao caso do brasileiro.

**Palavras-Chave:** Migração Venezuelana; Solicitação de Refúgio; Estratégias Migratórias.

### Resumen

La crisis social y política en Venezuela contribuyó a la construcción de un flujo migratorio sin precedentes en América del Sur. Si bien los países que recibieron la mayor cantidad de inmigrantes venezolanos han adoptado políticas similares, como la extensión del acuerdo de Libre Tránsito del Mercosur a los nacionales de ese país, Es en el otorgamiento de refugio, cada país adoptó acciones diferentes. Brasil, de manera innovadora, aplicó el reconocimiento *prima facie*, lo que permitió a más de 50.000 venezolanos obtener la condición de refugiados en el país, entre 2016 y 2022. Esta cifra representa más del 88% del total de solicitudes recibidas, de todas las nacionalidades. Sin embargo, esta estrategia también ha aumentado los casos de solicitudes de archivo y terminación del proceso de solicitud de asilo. Si, por un lado, hay un elevado número

de solicitudes y concesiones de asilo, por otro, se produce un aumento de los cambios en este estatuto, en el de un permiso de residencia temporal. El objetivo de este texto es analizar, de forma embrionaria, las estrategias adoptadas por los países sudamericanos para afrontar el flujo migratorio venezolano, con especial atención al caso brasileño.

**Palabras clave:** Migración Venezolana; Solicitud de Refugio; Estrategias migratorias.

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos 10 anos, houve importantes alterações no quadro geopolítico mundial, que ampliou os deslocamentos de pessoas entre os países. Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM - 2022), 281 milhões de pessoas vivem em países distintos daquele de nascimento. Desse total, 26,4 milhões são refugiados.

Na América Latina e Caribe o número de migrantes seria de, aproximadamente, 11 milhões, sendo baixa a participação de pessoas da América do Norte e Europa, 1,3 milhão, o que indica um processo intrarregional. Por outro lado, em termo de emigração, estima-se que mais de 25 milhões de pessoas naturais da América Latina e Caribe viviam, em 2020, na América do Norte (OIM – 2022).

Em se tratando da América do Sul, na década de 2010 houve alterações importantes no padrão migratório local, países com tradição de acolhida, passam a ser emissores de migrantes. O caso da Venezuela é exemplar, pois até meados da primeira década do século atual ainda apresentava saldo migratório positivo e nos últimos 10 anos se transformou no maior país emissor de migrantes da região. Segundo a Plataforma R4V<sup>1</sup>, de meados da década de 2010 até novembro de 2023, 7,8 milhões de venezuelanos haviam deixado o país de nascimento. 6,5 milhões ficaram na América do Sul, sendo os destinos mais procurados são, em ordem de importância numérica: Colômbia, Peru, Brasil, Equador e Chile.

A recepção dos venezuelanos foi distinta em cada país e os diversos status migratórios acordados refletem as dificuldades das autoridades nacionais em lidar com a situação de acolher um dos maiores deslocamentos de nacionais observado no mundo na atualidade, só ultrapassado pelo deslocamento de sírios (OIM-2022).

No quadro 1 é apresentado para os cinco mais importantes destinos de venezuelanos, o status migratório acordado.

---

1 Inter-Agency Coordination Platform for Refugees and Migrants from Venezuela – R4V <https://www.r4v.info/en> (Acesso 10/02/2024)



**Quadro 1** - Status migratório de migrantes venezuelanos segundo países selecionados (nov/23)

País	Status Migratório (x1000)			
	Número Migrantes	Permissão de residência	Solicitação de refúgio em análise	Refugiado reconhecido
Colômbia	2.800	2.200	23,4	1,2
Peru	1.500	470	532,7	4,9
Brasil	510	402	50,3	83,3
Equador	475	202	4,9	1,8
Chile	444	226	8,3	3,3

Fonte: Plataforma R4V

No caso da Colômbia, o país que, na América do Sul, mais recebeu migrantes venezuelanos, a opção foi criar um mecanismo especial - Estatuto Temporal de Proteção para Migrantes Venezuelanos (ETPV) - que garantisse a regularização dos migrantes. Essa autorização de residência permite a permanência por um período de até 10 anos e garante o acesso aos direitos sociais. (ACOSTA, HARRIS, 2022). Considerando o elevado número de venezuelanos que buscam a Colômbia, surpreende o reduzido número dos solicitantes de refúgio e de pessoas que têm o status de refugiado. No entanto, considerando as restrições impostas aos solicitantes de refúgio, como a impossibilidade de acesso regular ao mercado de trabalho, o mecanismo de solicitação de refúgio não é atraente para o migrante. Ressalva-se que ao solicitante de refúgio é garantido o acesso à saúde e assistência social. Os solicitantes de refúgio que estão a mais de dois anos no território chileno e ainda não tiveram uma resposta à sua demanda são direcionados a regularizar a sua situação migratória via o ETPV (DIB-AYESTA, PELACANI, MORENO, 2022)

Em relação ao Equador, apesar da não exigência de visto para entrada no país na condição de turista, por conta de norma constitucional, no caso de permanência no território por período que ultrapasse a vigência do visto de turista, há necessidade de se obter autorização de permanência. No caso dos venezuelanos o mecanismo encontrado foi o instrumento de visto UNASUL<sup>2</sup> de permanência, que permitiu regularizar a situação da maioria dos migrantes venezuelanos. (BARBIERE et al, 2020)

No Peru, a forma mais utilizada de regularização foi a Permissão Temporária de Permanência (PTP) que em 2019 é substituído por uma demanda de visto humanitários. No entanto, a exigência de um passaporte válido coloca um

2 União das Nações Sul-americanas (UNASUL)

obstáculo a mais para os migrantes venezuelanos. No caso chileno, uma anistia em 2021 favoreceu a regularização de imigrantes de várias nacionalidades e, no caso dos venezuelanos, aplica-se a extensão do Acordo de Livre Trânsito do Mercosul. (BARBIERE et al, 2020; ACOSTA, HARRIS, 2022)

## 2. O CASO BRASILEIRO

Desde 2010, a migração internacional transformou o cenário demográfico brasileiro. Se no passado era possível indicar a predominância de algum fluxo e, assim, afirmar que o Brasil havia se transformado em país de imigração ou de emigração, na atualidade vários movimentos simultâneos transformam o espaço em caminhos de imigrantes, emigrantes e, também, de trânsito. Essa multiplicidade de movimentos não só transformou o perfil dos que têm o Brasil como destino, mas influenciou de forma profunda os movimentos de saída que hoje colocam no mesmo percurso brasileiros e migrantes, que experimentam processos de vulnerabilidade similares.

Postos de fronteira, principalmente na Região Norte, que antes tinham no processo de migração fronteiriça a maior mobilidade, incorporam, hoje, fluxos de entrada de migrantes e saídas daqueles que, além dos brasileiros, fazem do país um ponto de trânsito de longo ou curto período, dependendo do projeto migratório.

No caso da migração venezuelana, que se transformou no maior fluxo migratório no país, várias ações foram tomadas pelas autoridades brasileiras, dentre elas vale destacar a operação acolhida e a facilitação da obtenção do refúgio.

O quadro 1, mostra que dentre os cinco países que mais receberam migrantes venezuelanos, Brasil e Peru são os que mais tiveram solicitações de refúgio. No entanto, há diferença nos procedimentos adotados no tratamento dos processos em cada país. Enquanto o Brasil adota um entendimento amplo da Declaração de Cartagena, e acolhe as demandas de refúgio “*prima facie*”, as autoridades do Peru adotam os procedimentos da Convenção de 1951 e fazem as análises de forma individual. Considerando o volume das solicitações de refúgio apresentadas no Peru, certamente as análises deverão durar anos (FREIR et al, 2020)

Por outro lado, a política adotada pelo Brasil, tem favorecido o acesso à condição de refugiado a bom número de venezuelanos.

No entanto, fica uma questão, seria o mecanismo de concessão do refúgio um processo legítimo de amparo a migrantes em situação de vulnerabilidade ou, no caso do Brasil, esse mecanismo tem se transformado em um caminho mais curto, por conta da menor exigência de documentação, para a regularização migratória?

No momento, não há um levantamento junto a população venezuelana que possa contribuir na resposta dessa questão. No entanto, algumas informações

disponibilizadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública podem indicar caminhos para se avançar na busca de respostas.

O quadro 2 mostra o número das solicitações de refúgio apresentadas pelos três coletivos de migrantes com maior número de demandas e o seguimento dos processos em relação a apreciação (análise), deferimento e extinção e arquivamento. A extinção de um processo de solicitação de refúgios acontece por diversas razões, dentre elas a obtenção de autorização temporária de residência, que, segundo Jung (et al, 2022), é a causa prevalente para a extinção e também o arquivamento de processos no país.

**Quadro 2** – Solicitação de refúgio apresentadas por migrante da Venezuela, Haiti, Cuba, por situação de análise 2018 a 2022.

Quadro 2 Solicitações de refúgio apresentadas por migrantes da Venezuela, Haiti, Cuba, por situação de análise 2018 a 2022																
Ano	Solicitações				Apreciadas				Deferidas				Extintas + arquivadas			
	Total	Venezuela	Haiti	Cuba	Total	Venezuela	Haiti	Cuba	Total	Venezuela	Haiti	Cuba	Total	Venezuela	Haiti	Cuba
2018	80057	61681	7030	2749	-	-	-	-	777	5	-	45	3949	2120	636	-
2019	82352	53713	16610	3999	33453	28133	-	548	21304	20902	-	255	11269	7224	289	501
2020	28899	17385	6613	1347	68790	46192	8933	2983	24880	24030	-	114	36764	20490	8932	2802
2021	29107	22856	794	529	70933	11429	48967	1171	769	150	-	332	67141	8926	48967	760
2022	50355	33753	208	5484	41297	20718	4481	2742	4081	2947	-	406	35099	16202	4409	2239

Fonte: Refúgio em Números .Conare/ MJ

Fonte: Refúgio em Números. Conare/UM.

Dois coletivos, venezuelanos e haitianos, representam mais de 80% dos casos de arquivamento extinção de processos. No entanto, há grande diferença entre os grupos. Enquanto aos haitianos não é oferecida a possibilidade de reconhecimento da sua situação de refugiado, no período analisado nenhum processo foi deferido. Para os venezuelanos há maior facilidade, pois o reconhecimento do refúgio é realizado de forma expeditiva.

Mesmo não se conhecendo informações sobre a alteração do status migratório de refugiado para migrante temporário, ao se observar os quantitativos das solicitações de refúgio e de extinção e arquivamento dos processos, há indícios de que a dinâmica dos procedimentos de regulação do status migratório atende a diversos interesses como, por exemplo, a melhor aceitação do status migrante temporário no mercado de trabalho ou à possibilidade de retornar à Venezuela para visitas sem a necessidade de informar as autoridades brasileiras ou ainda concluir o projeto migratório se deslocando a país terceiro.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença do migrante venezuelano em países da América do Sul, destino primeiro desse fluxo migratório, tem colocado vários desafios para as autoridades nacionais. Diversos procedimentos foram estabelecidos para permitir o mínimo de governança migratória.

Apesar dos esforços de articulação de respostas a crise migratória, fruto do colapso social e econômico da Venezuela – Grupo de Lima e Processo de Quito – ainda não foi possível ter uma atuação coordenada dos diversos países.

Em relação à solicitação de refúgio de venezuelanos, cada país tem dado um trato distinto que incluem interdição de trabalho ao solicitante de refúgio, demora em analisar os processos ou, como caso do Brasil, criação de mecanismos que facilitem o deferimento das decisões.

No entanto, no caso brasileiro as facilidades criadas, apesar de ampliar o número de refugiados, trazem também o aumento das demandas para a alteração de status migratório de refugiados indicando que, para determinado número de migrantes, as facilidades criadas poderiam ser caminhos para uma rápida regularização e não a busca por proteção de uma pessoa em situação de vulnerabilidade.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, D.; HARRIS, J.. **Regímenes de Política Migratoria en América Latina y el Caribe Inmigración, libre movilidad regional, refugio y nacionalidade**. BID, Washington. 2022

BARBIERI, N. G.; GALLEGOS, J. R.; GRAJALES, M. d. P. O.; CAMPOS, B. P. C.; ALVIS, S. P.. **Respuesta de los países del Pacífico suramericano ante la migración Venezolana: estudio comparado de políticas migratorias en Colombia, Ecuador y Perú**. Diálogo Andino N° 63, 2020. p 219-233

DIB-AYESTA, L.; PELACANI, G.; MORENO, V. C.. **Revisión de la agenda migratoria colombiana: Pistas para la construcción de una política pública**. Informes CEM. Informe 4-2022. Centro de Estudios en Migración (CEM). Bogotá, Colombia. 2022

FREIER, L. F., BERGANZA, I., & BLOUIN, C.. The Cartagena refugee definition and Venezuelan displacement in Latin America. *International Migration, Special Issue*, 2022, 60 (1), 18–36. <https://doi.org/10.1111/imig.12791>

JUNGER, G.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T. de; SILVA, B. G. **Refúgio em Números (7ª Edição)**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **World Migration Report**. Genebra, 2022. Disponível em <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2022>.

---

## FLUXOS MIGRATÓRIOS NA FRONTEIRA BRASIL - GUIANA

**Pâmela Viera da Silva**

Docente de Ciências Humanas da Educação Básica, SEED-RR.  
[alemapvieira@gmail.com](mailto:alemapvieira@gmail.com)

**Altiva Barbosa da Silva**

Docente do Departamento de Geografia, da  
Universidade Federal de Roraima - UFRR.  
[altiva.barbosa@ufr.br](mailto:altiva.barbosa@ufr.br)

### Resumo

A pesquisa apresenta aspectos pertinentes a conjuntura migratória na fronteira Brasil-República Cooperativa da Guiana, especificamente, da cidade brasileira de Bonfim, em Roraima. O presente estudo tem como objetivo trazer alguns elementos desta nova conjuntura onde rotas clandestinas têm propiciado um fluxo de pessoas, notadamente, cubanos e haitianos, para o território brasileiro, atraídos pelo dinamismo que se observa nesta região fronteira. Esta pesquisa tem caráter exploratório, descritivo e analítico, trouxe também uma abordagem qualitativa, com coleta de dados secundários através da pesquisa bibliográfica e de jornais disponíveis. Conclui-se que, é necessário um planejamento estratégico que contribua para desenvolvimento dessa área fronteira, fortalecendo a integração entre os dois países e buscando minimizar a insegurança e a ilegalidade existente neste limite fronteira.

**Palavras-chave:** Migração. Rotas clandestinas. Fronteira. Brasil-Guiana.

### Resumen

La investigación presenta aspectos relevantes de la situación migratoria en la frontera Brasil-República Cooperativa de Guyana, específicamente, la ciudad brasileña de Bonfim, en Roraima. El presente estudio pretende traer algunos elementos de esta nueva situación donde las rutas clandestinas han provocado un flujo de personas, especialmente cubanos y haitianos, hacia territorio brasileño, atraídas por el dinamismo observado en esta región fronteriza. Esta investigación tiene un carácter exploratorio, descriptivo y analítico, además trajo un enfoque cualitativo, con recolección de datos secundarios a través de investigación bibliográfica y periódicos disponibles. Se concluye que es necesaria una planificación estratégica para contribuir al desarrollo de esta zona fronteriza, fortaleciendo la integración entre ambos países y buscando minimizar la inseguridad e ilegalidad que existe en este límite fronterizo.

**Palabras clave:** Migración. Rotas clandestinas. Borde. Brasil-Guyana.

## 1. INTRODUÇÃO

O município de Bonfim - uma das trinta e duas cidades gêmeas existentes no Brasil. Faz fronteira com a cidade de Lethem, pertencente à República Cooperativista da Guiana Inglesa, cujo acesso se dá através da BR-401. É uma zona fronteira marcada por intensas trocas comerciais e culturais, ao mesmo tempo em que os limites dos dois países, apresentam-se com nitidez em diversas relações concretas e subjetivas.

A integração Brasil-República Cooperativa da Guiana, nas últimas décadas, intensificou-se a partir dos anos 1990, impulsionada pelo início da construção da ponte sobre o rio Tacutu, interligando Bonfim a Lethem, e que foi finalizada no ano de 2005. Este marco reafirmou a aproximação e a importância econômica e política deste espaço.

Diante das questões prementes da realidade atual, o presente estudo tem como objetivo trazer alguns elementos desta nova conjuntura onde rotas clandestinas têm propiciado um fluxo de pessoas, notadamente, cubanos e haitianos, para o território brasileiro, atraídos pelo dinamismo que se observa nesta região fronteira. Os fatores que justificam a realização deste estudo na fronteira Brasil – República Cooperativista da Guiana, decorrem do constante noticiário de jornais envolvendo a travessia ilegal de migrantes nesta área fronteira desde 2017. No decorrer dos últimos anos a crescente demanda de entrada de cubanos e haitianos em rotas clandestinas, tem incrementado um comércio ilegal envolvendo taxistas da cidade fronteira de Bonfim. Assim como, a expansão comercial tem sido uma grande preocupação, principalmente em relação aos tráfico, crimes de descaminho e travessia irregular de pessoas cubanas e haitianas.

Assim, a presente pesquisa traz como reflexão a possibilidade de ampliação da integração nesta na área de fronteira tão especial, num momento em que as relações entre o Brasil e a República Cooperativa da Guiana, parecem que não podem mais ser adiadas. Os fluxos entre as cidades gêmeas citadas, as práticas comerciais de exportação e as políticas diplomáticas precisam se antecipar às práticas de ilícitos nas fronteiras, sendo necessário um planejamento estratégico que contribua para desenvolvimento dessa área fronteira, fortalecendo a integração entre os dois países e buscando minimizar a insegurança e a ilegalidade existente neste limite fronteiro.

## 2. OBJETIVOS

O presente estudo tem como objetivo trazer alguns elementos desta nova conjuntura onde rotas clandestinas têm propiciado um fluxo de pessoas, notadamente, cubanos e haitianos, para o território brasileiro, atraídos pelo dinamismo que se observa nesta região fronteira.

### 3. METODOLOGIA

Para tentar compreender melhor o fenômeno que se processa nas cidades gêmeas Bonfim/Lethem, esta pesquisa de caráter exploratório, descritivo e analítico, trouxe também uma abordagem qualitativa, com coleta de dados secundários através da pesquisa bibliográfica, em periódicos e em artigos de jornais locais relacionados como o tema em questão. E, tem como ponto de partida a observação direta no campo das autoras que vivenciam em maior ou menor grau o contato com a realidade aqui exposta.

### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Becker (2007), as fronteiras são áreas propensas a diversos fenômenos, desde os mais favoráveis à integração, a outros marcados por situações de vulnerabilidade. A autora afirma o importante papel dos Estados como regulador deste processo, embora agentes tão ou mais poderosos possam intervir nesta relação.

O fenômeno migratório é uma realidade global, impulsionado por diversos fatores e é favorecido pela constituição de sociedades em redes e em meios de transportes e comunicação velozes, tendo como base a expansão do capital e outros fluxos que trazem à tona a porosidade das fronteiras nacionais, étnico-culturais e identitárias. As questões mais prementes na atual mobilidade populacional e que obriga uma massa cada vez maior a deixarem seus territórios referem-se às crises econômicas e políticas, bem como a conflitos de ordem religiosa e catástrofes ambientais em diferentes regiões do planeta.

Por conseguinte, a imigração ilegal recrudescceu nas três últimas décadas como única alternativa para milhões de migrantes, diante das exigências que os países estabelecem para a aceitação de indivíduos de outras nacionalidades. O Brasil, apesar de apresentar números modestos, confirma a tendência geral de aumento da imigração ilegal, com dados girando em torno de 600 mil imigrantes (OLIVEIRA, 2020).

Ainda conforme Oliveira (2020), a migração ilegal tem aumentado e revelado novas dimensões no interior das migrações internacionais. Aparentemente, estamos diante de organizações clandestinas que, ao permitem e/ou facilitar essas atividades, impulsionam práticas econômicas informais e/ou ilegais. Existem, assim, uma economia informal subjacente ao agenciamento de grupos ou pessoas, que tem como símbolo os “coiotes”, agentes que operam na fronteira do México para os Estados Unidos, e que são similares às práticas que ocorrem em outras fronteiras, como a que ocorrem em Bonfim/Lethem, através de embarcações mercantes, impulsionada pelo aumento do comércio marítimo internacional.



Conforme os dados do Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra (2023), no estado de Roraima, tem crescido o número de imigrantes haitianos e cubanos. Os imigrantes estão entrando pela fronteira entre o Brasil e a República Cooperativista da Guiana, que é considerada um corredor de grande movimentação.

Observou-se que, a migração ilegal nesta área de fronteira, começou a ser evidenciada no período em que a fronteira esteve fechada, a partir de março de 2020, devido à pandemia da Covid-19, inclusive sendo noticiada em artigos de jornais locais até os dias atuais, como o jornal Folha de Boa Vista<sup>1</sup>, Jornal G1 Roraima<sup>2</sup>, bem como os órgãos de segurança como a Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal que elucidava a participação de taxistas de rota intermunicipal Bonfim à Boa Vista-RR, no traslado de imigrantes ilegais.

Em razão de várias denúncias e por comunicação oficial entre os órgãos de segurança nas áreas de fronteira, a Polícia Federal tem operado em parceria com a Força Nacional, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Militar. As fronteiras possuem as aduanas em cada país, porém não existe um controle efetivo que garanta a segurança dos migrantes, estes acabam se submetendo a riscos, de vida, suborno, e de não conseguir chegar em seu destino final.

Nos relatos dos imigrantes haitianos, segundo o Jornal G1 Roraima<sup>3</sup> (2019), eles afirmam que passaram por três países (República Dominicana, Panamá e República Cooperativista da Guiana), até cruzar a fronteira brasileira. Fugiam do desemprego e da ausência de perspectivas em seu país natal. Afirmaram buscar nova oportunidade de vida em outro país. Relataram a miséria, a fome, as epidemias e as catástrofes naturais - como o terremoto que em 2010 matou mais de trezentas mil pessoas no Haiti. Situação de pobreza, falta de liberdade e oportunidades também são apontadas pelos cubanos em busca de trabalho no Brasil.

Depois dos venezuelanos, cubanos e haitianos são os imigrantes que mais chegam pelas duas fronteiras terrestres de Roraima, através da Venezuela e República Cooperativista da Guiana. Segundo dados da Polícia Federal, entre janeiro e setembro de 2019, 198.555 mil imigrantes vindos da Venezuela, Haiti e Cuba chegaram a Roraima. Desses, 175.484 mil (89%) eram venezuelanos, 12.243 mil (6%) cubanos e 10.828 mil (5%) haitianos.

1 MESQUITA, M. “Homem é preso por facilitação de imigração ilegal no Brasil”. **Folha BV** [01/02/2024]. Disponível em: <<https://www.folhabv.com.br/policia/homem-e-presopor-facilitacao-de-imigracao-ilegal-no-brasil/>>. Acesso em: 07 fev. 2024.

2 JORNAL G1 RORAIMA. “PF prende taxistas por ajudarem imigrantes a entrar por fronteira em RR”. **Jornal G1 Roraima** [27/02/2021]. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/02/27/pf-prende-taxistas-por-ajudarem-imigrantes-da-guiana-a-entrar-ilegalmente-por-fronteira-em-rr.ghtml>>. Acesso em: 04 fev. 2024.

3 COSTA, E. JORNAL G1 RORAIMA. “Nova onda de haitianos chega ao Brasil pela Guiana e engrossa êxodo de estrangeiros em Roraima”. **Jornal G1 Roraima** [16/12/2019]. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/12/16/nova-onda-de-haitianos-chega-ao-brasil-pela-guiana-e-engrossa-exodo-de-estrangeiros-em-roraima.ghtml>>. Acesso em: 04 fev. 2024.

A partir da entrada desses imigrantes por Bonfim, tem-se o acesso a Boa Vista, percorrendo-se apenas 125 km. Enquanto os migrantes venezuelanos que adentram o país, através do município de Pacaraima, percorrem 215 km até a capital Boa Vista. Bonfim, que até então só olhava para o movimento inverso, de centenas de turistas que se dirigiam até Lethem, na República Cooperativista da Guiana, para fazer compras. A grande maioria dos consumidores, os amazonenses, agora se torna uma rota de uma nova diáspora.

Além da rota pela cidade de Bonfim, haitianos que viviam na Venezuela também têm chegado ao Brasil por Roraima em meio ao êxodo venezuelano que cruza a fronteira de Pacaraima, só que em número bem menor do que os que atravessam pela República Cooperativista da Guiana. Já no caso dos cubanos, a rota via Guiana explodiu em 2018, quando a Polícia Federal, contabilizou 16.811 ingressos regulares pela fronteira de Bonfim, mas começou a ter leve queda neste ano com a entrada de 14.864 imigrantes legais de Cuba entre janeiro e 16 novembro.

Apesar de crescente, a entrada de cubanos e haitianos ainda está longe de se equiparar ao volumoso fluxo de venezuelanos que desde 2015 chega ao Brasil por Roraima. É importante destacar que na fronteira Brasil – República Cooperativista da Guiana não há um controle efetivo de entrada de migrantes pelo território brasileiro. Como bem destaca os noticiários de jornais, através das operações de deflagração da Polícia Federal, os atravessadores ilegais de migrantes em grande maioria são taxistas intermunicipais, e existe uma rede organizada que ultrapassa as fronteiras para que esses migrantes, haitianos e cubanos, cheguem em território brasileiro.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as matérias de jornais, observamos que, no período pandêmico da Covid-19, com o comércio e serviços funcionando parcialmente em Bonfim, e, pouca circulação de turistas na região de fronteira, os taxistas envolvidos com a travessia ilegal de migrantes, tiveram uma alternativa de complemento de renda, pois os migrantes pagam em dólar pelo traslado até o seu destino em território brasileiro, é uma realidade vivenciada até os dias atuais.

Por fim, pode-se concluir que a entrada de migrantes haitianos e cubanos na fronteira brasileira é utilizada principalmente como corredor de passagem. Estes migrantes, em sua maioria, não permanecem no estado de Roraima. A grande parte dos haitianos tem seu destino, o Sul do Brasil, onde se concentra a maioria da população haitiana residente no Brasil, já os cubanos chegam com as passagens compradas e seguem seu destino para Argentina ou Chile.

## REFERÊNCIAS

BECKER, B. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; LEMOS SILVA, Sarah. Dados Consolidados da Imigração no Brasil 2023. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023.

OLIVEIRA, M. S. B. de. Imigração Clandestina no Paraná, 2006-2017: uma análise a partir de dados da Marinha do Brasil-Diretoria de Portos e Costas. **Revista nueva época**, año 13, suplemento especial de invierno, p. 184-207, 2020.

SILVA, A. B. da. **Geopolítica na fronteira Norte do Brasil: o papel das forças armadas nas transformações sócio-espaciais do estado de Roraima**. Boa Vista – São Paulo. 2007. 187 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

---

## **POLÍTICAS MIGRATÓRIAS ITALIANAS EM RELAÇÃO À MIGRAÇÃO NO MEDITERRÂNEO CENTRAL: GOVERNOS CONTE, DRAGHI E MELONI (2018-2023)**

**Alfonso Domingos Velasquez**

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
advmaciel@sga.pucminas.br

**Mônica Natalice Ferreira**

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
monica.natalice.1303118@sga.pucminas.br

**Arthur Bernardes de Oliveira**

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
arth.ism11@gmail.com

### **Resumo**

Este estudo visa explorar as políticas migratórias dos últimos três governos italianos (2018-2023) - Giuseppe Conte, Mario Draghi e Giorgia Meloni - com foco nos migrantes refugiados via Mar Mediterrâneo. A análise de como suas ideologias - direita, centro-esquerda e extrema-direita - moldaram abordagens de acolhimento, segurança e cooperação internacional, impactando os fluxos migratórios vindos da Rota do Mediterrâneo Central.

**Palavras-chave:** Política Migratória Italiana. Rota do Mediterrâneo Central. Governos Conte, Draghi e Meloni. Espectros Ideológicos.

### **Resumen**

Este estudio tiene como objetivo explorar las políticas migratorias de los últimos tres gobiernos italianos (2018-2023) - Giuseppe Conte, Mario Draghi y Giorgia Meloni - con un enfoque en los migrantes refugiados a través del Mar Mediterráneo. El análisis de cómo sus ideologías (derecha, centroizquierda y extrema derecha) moldearon los enfoques de recepción, seguridad y cooperación internacional, impactando los flujos migratorios provenientes de la Ruta del Mediterráneo Central.

**Palabras clave:** Política migratoria italiana. Ruta del Mediterráneo Central. Gobiernos de Conte, Draghi y Meloni. Espectros ideológicos.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a examinar as políticas migratórias adotadas pelos três últimos governos italianos, liderados por Giuseppe Conte, Mario Draghi e Giorgia Meloni entre os anos de 2018 e 2023, com um enfoque especial na abordagem em relação aos migrantes refugiados que atravessam o Mar Mediterrâneo. O objetivo é compreender como as ideologias políticas desses governos - representando a direita, centro-esquerda e extrema-direita - moldaram suas estratégias referentes ao acolhimento, segurança e cooperação internacional, e como isso impactou os movimentos migratórios ao longo da Rota do Mediterrâneo Central.

A Rota do Mediterrâneo Central é uma importante via migratória que se estende pelo Mar Mediterrâneo desde a costa oeste da Líbia até a Itália e Malta, constituída por múltiplas ramificações convergentes de diversas regiões da África. Ao longo do tempo, essa rota testemunhou alterações significativas nos padrões de migração, especialmente durante os períodos dos governos analisados.

Durante o governo de Giuseppe Conte, a política migratória foi influenciada por estratégias lideradas por seu Ministro do Interior, Matteo Salvini, caracterizando-se por uma abordagem mais restritiva. Mario Draghi, reconhecido por sua expertise técnica, adotou uma postura cautelosa, mantendo certa continuidade nas políticas existentes. Seu governo enfrentou desafios para conciliar uma base política ampla, demandas populares e correntes ideológicas predominantes, resultando em uma abordagem relativamente estável nas políticas migratórias.

A ascensão de Giorgia Meloni e seu governo, predominantemente de centro-direita, marcou uma mudança significativa no cenário político italiano. Sua política migratória, caracterizada por uma abordagem restritiva, reflete uma posição contrária à imigração, especialmente originada do Norte da África, embora mantenha políticas de acolhimento para refugiados ucranianos durante o conflito na região.

A análise desses governos e suas políticas migratórias não apenas reflete mudanças nas abordagens políticas, mas também suscita questões sobre identidade cultural, nacionalismo e o impacto dessas políticas na coesão social e nos direitos humanos. Compreender esses elementos é crucial para contextualizar não apenas as decisões governamentais, mas também a dinâmica social e política na Itália, principalmente em relação à migração e ao acolhimento de refugiados.

A influência predominante da extrema direita no debate migratório italiano, moldada pelas ideologias de figuras proeminentes como Giorgia Meloni, representa um desafio considerável para a transformação do cenário migratório, capturando uma parcela significativa da população com discursos anti-imigração. Diante do contexto de migrantes chegando em locais como Lampedusa, a revisão profunda das políticas atuais se torna fundamental para enfrentar essa dinâmica complexa.

## 2. OBJETIVOS

Este estudo visa analisar as políticas dos diferentes governos italianos diante da crise migratória no Mediterrâneo Central. O objetivo é entender como as ações dos governos de Giuseppe Conte, Mario Draghi e Giorgia Meloni influenciaram a dinâmica migratória e a política italiana e europeia. Serão examinadas as estratégias de Conte, especialmente a atuação de seu Ministro do Interior Matteo Salvini. Em seguida, focaremos nas abordagens de Mario Draghi, considerando sua relação com uma tentativa técnica de contornar o assunto em cooperação com a União Europeia e países do Norte da África e a ascensão da direita no discurso das políticas migratórias durante este período.

A análise se estende ao governo de Giorgia Meloni, recente na liderança italiana, com enfoque na seletividade no acolhimento de refugiados, diferente das abordagens anteriores. Além disso, será avaliado como fatores políticos como nacionalismo e conservadorismo moldam essas políticas e seu impacto nos direitos humanos e coesão social. Buscamos compreender também a relação entre a política externa italiana e suas decisões migratórias, especialmente os desafios na diplomacia regional. Além disso, pretendemos examinar como a visão pública sobre a imigração se transformou ao longo dos diferentes governos e seu reflexo nas decisões políticas. Estes objetivos convergem para uma compreensão abrangente das políticas migratórias na Itália e seu impacto na Europa.

## 3. METODOLOGIA

A metodologia deste projeto envolverá uma revisão abrangente da literatura da pesquisa existente sobre a construção política dos governos de Conte, Draghi e Meloni a partir de 2018 até 2023, ressaltando principalmente as questões de políticas migratórias.

Utilizaremos métodos de coleta de dados qualitativos e quantitativos secundários, como análise de conteúdo e análise dos documentos lidos, métodos para examinar a permanência de políticas conservadoras no âmbito político em relação à migração e o crescimento gradual do fluxo de imigração para a Itália. A pesquisa também envolverá uma revisão da literatura sobre a história da imigração ao que tange o Norte da África através da rota central do mediterrâneo.

O resultado esperado deste projeto é uma compreensão mais profunda dos fatores que levaram à restrição e construção de políticas de imigração restritivas nos governos apresentados. Este projeto contribuirá para a literatura existente sobre imigração pelo mediterrâneo, também sobre o nacionalismo e conservadorismo

italiano. Além disso, ao estudar políticas migratórias nas relações internacionais, é possível entender como os processos históricos, políticos e socioeconômicos moldam as identidades nacionais e transnacionais, esse estudo pode promover uma compreensão aprofundada das questões de poder, cooperação internacional, discriminação e direitos humanos em um mundo onde a imigração é um fenômeno cada vez mais globalizado e interligado.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Na etapa inicial do trabalho tratamos de investigar através de notícias e referências bibliográficas o cenário atual da imigração pelas rotas do mar do mediterrâneo, devido à grande avalanche de críticas às políticas atuais de acolhimento de imigrantes e refugiados no continente Europeu em particular no após a vitória da primeira ministra Giorgia Meloni na Itália, na segunda etapa foi decidido que uma demarcação para a pesquisa seria necessária, assim o marco temporal escolhido foi de 2018 até 2023 foi estabelecido para obtermos melhores resultados.

Se fez necessário a apresentação geral dos primeiros ministros neste marco temporal, enfatizando o papel determinante dos ministros do interior desses governos, analisando em particular as políticas migratórias que foram promovidas durante esses mandatos para melhor compreender o arcabouço da imigração através do mar mediterrâneo e seu grande fluxo para a Itália especificamente. Foi delimitado também o estudo apenas da rota central do mediterrâneo pelo grande número de refugiados e imigrantes que chegam de botes na costa italiana.

Uma vez que foram compreendidas as políticas restritivas de emigração do norte africano, o questionamento de acolhimento a refugiados da Ucrânia surgiu em contraposição, visto que a receptividade não se espelhava para ambos os casos estudados. Com o surgimento da dualidade italiana a respeito dos imigrantes, foram levantadas questões pertinentes sobre a receptividade italiana a outros europeus brancos e de culturas e religiões similares contrapondo os imigrantes africanos, que em sua maioria são culturalmente, religiosamente e racialmente diferentes e como isso pode de certa forma embasar a construção de políticas restritivas devido ao nacionalismo e conservadorismo predominante na Itália.

Selecionamos a pesquisa quantitativa, leituras bibliográficas e quantitativas secundárias para demonstrar que ao longo dos anos a direita, centro-direita e extrema direita tem prevalecido no poder no país, as pesquisas quantitativas foram usadas para ilustrar o grande número de imigrantes recebido pela Itália a partir do marco temporal escolhido. Os dados foram obtidos a partir de pesquisas e leituras bibliográficas condizentes com o tema proposto.



A expectativa deste estudo é analisar as políticas migratórias italianas nos governos de Conte, Draghi e Meloni para salientar as políticas restritivas não somente da Itália, mas também da União Europeia como um todo e como isso afeta a cooperação internacional, os direitos dos imigrantes e direitos humanos. Também esperamos delinear um padrão nacionalista e conservador que acolhe povos específicos em detrimento de outros, e como os valores dos líderes italianos afetam os imigrantes que ficam em seu país dificultando práticas culturais-religiosas justamente por causa do cristianismo como religião predominante no país. O objetivo dessa pesquisa é apontar que a sucessão de governos de direita na Itália, com exceção de Draghi, causou a imposição de políticas migratórias restritivas que continuam a se estreitar em decorrência do aumento dos fluxos migratório pelo mediterrâneo central e que essas políticas tem efeitos significativos na cooperação internacional.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A influência da extrema direita no cenário migratório italiano é um elemento dominante ao longo dos governos analisados. Figuras proeminentes como Giorgia Meloni e seus discursos anti-imigração têm moldado a política e o debate em torno da imigração na Itália. Sua presença constante em todos os governos discutidos reflete não apenas uma hegemonia ideológica, mas também a capacidade de capturar uma parcela substancial da população italiana com suas perspectivas restritivas sobre a imigração. Este padrão reforça um desafio para a transformação do cenário migratório italiano. A prevalência das ideias anti-imigração da extrema direita cria uma dinâmica política e social complexa. O impacto dessas ideologias moldou as políticas governamentais, tornando-as mais restritivas e menos receptivas aos migrantes que são considerados “verdadeiros estrangeiros”, como aqueles provenientes do Norte da África.

O cenário é agravado pela realidade dos migrantes chegando a locais como Lampedusa em busca de refúgio, enquanto as políticas atuais, moldadas pelas ideologias de direita, carecem de adequação para enfrentar essa dinâmica humanitária. A crise migratória em Lampedusa, entre outros pontos de entrada na Itália, clama por uma revisão ponderada das políticas vigentes. A necessidade de transformação vai além de meras reformas superficiais; exige uma revisão fundamental para abordar os desafios reais e emergentes relacionados à imigração. É imperativo considerar não apenas a segurança e a soberania nacional, mas também os aspectos humanitários e os direitos fundamentais dos migrantes. Essa revisão deve ser realizada em um contexto que reconheça a complexidade da

migração, buscando políticas mais inclusivas e que não criminalizem aqueles que agem, em certo modo, por “compaixão” como as ONG’s de resgate.

Sabemos que a complexidade do debate migratório na Itália não se limita apenas ao espectro político, mas também reflete as mudanças demográficas, as dinâmicas culturais e as tensões sociais. Portanto, apesar de não abordarmos neste trabalho uma visão holística de toda a situação, a transformação efetiva exige uma abordagem abrangente que considere não apenas os aspectos políticos, mas também os aspectos sociais, econômicos e humanitários envolvidos na questão migratória. Em suma, a prevalência das ideologias da extrema direita na política migratória italiana, que vem ganhando espaço na opinião pública tendo em vista a volta desta com Giorgia Meloni em 2022, representa um desafio considerável para promover mudanças orientadas para a resolução dos problemas relacionados à imigração da Rota do Mediterrâneo Central, que ceifa cada dia mais, vidas de refugiados. A resposta a essa complexidade exige um compromisso renovado para equilibrar a segurança nacional com a proteção dos direitos humanos e a dignidade dos migrantes, seja no âmbito doméstico italiano ou da União Europeia, levando em conta que grande parte de suas políticas devem estar de acordo com esta comunidade internacional, na qual vários atores com diferentes opiniões acerca do tema, buscam por garantir e ampliar seus interesses acerca da imigração irregular, seja no campo político, social, ou até mesmo, econômico.

## REFERÊNCIAS

ALAGNA, F.; CESUMANO, E.. Varieties of criminalization: Italy’s evolving approach to policing sea rescue NGOs. **Abingdon, Contemporary Italian Politics** (Routledge), v. 15, n. 04, 2023.

AMARO, S.; MEREDITH, S.. **Italy’s government in crisis after former PM pulls support for ruling coalition**. CNBC, Nova Jersey, 13 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.cnbc.com/2021/01/13/renzi-italys-government-in-crisis-after-former-pm-pulls-support.html> Acesso em: 11 dez. 2023.

BRAUDE, R.. **Italy’s Far-Right Government Is Already at War With Migrants**. Jacobin (Borders and Immigration/International Relations), 2021. Disponível em: <https://jacobin.com/2022/11/italy-migrant-rescue-giorgia-meloni-border-regime> Acesso em: 11 dez. 2023.

BRAUDE, R.. **Italy’s Far-Right Government Is Already at War With Migrants**. Nova Iorque, Jacobin (Borders and Immigration/International Relations), 2022. Disponível em: <https://jacobin.com/2022/11/italy-migrant-rescue-giorgia-meloni-border-regime> Acesso em: 11 dez. 2023.

CECCORULLI, M.. **Politics in Italy 2023**. From Mario Draghi to Giorgia Meloni: Domestic Political Change and Management of International Crises. *Contemporary Italian Politics*. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23248823.2023.2197689> Acesso em: 11 dez. 2023.

CECCORULLI, M.. Dall'Ucraina al Mediterraneo: l'Italia e la governance delle migrazioni. **IRIS**, v. 20, p. 227-245, 2023.

FERREIRA MATA, J. S.. As eleições de 2022, na Itália: prelúdio e um percurso para a extrema-direita europeia?. **Polis**, Lisboa, v. 2, n. 6, p. 211–215, 2023. Disponível em: <https://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/article/view/3171>. Acesso em: 12 dez. 2023.

GUGLIELMI, M.. Geolocalização Religiosa E Migração Na Itália: O Cenário Religioso Italiano Entre Continuidades E Mudanças. **Revista Caminhos - Revista de Ciências da Religião**. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/8741>, p. 257-270, 18 out. 2021. Acesso em 11 dez. 2023.

Meloni e Von der Leyen a Lampedusa. **La premier: 'Servono soluzioni serie'**. ANSA, Disponível em: [https://www.ansa.it/sito/notizie/cronaca/2023/09/17/lampedusa-meloni-servono-soluzioni-serie.-von-der-leyen-sfida-europea\\_301021f2-11bb-4b76-a527-59fb32531595.html](https://www.ansa.it/sito/notizie/cronaca/2023/09/17/lampedusa-meloni-servono-soluzioni-serie.-von-der-leyen-sfida-europea_301021f2-11bb-4b76-a527-59fb32531595.html). 17 set. 2023. Acesso em 11 dez. 2023.

Não permitirei que a Itália vire ‘campo de refugiados da Europa, diz Meloni. **VEJA**, Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/nao-permitirei-que-italia-vire-campo-de-refugiados-da-europa-diz-meloni>, p. 1, 20 set. 2023. Acesso em: 11 dez. 2023.

UNHCR. Central Mediterranean Route: Working on alternatives to dangerous journeys. Genebra, **UNHCR**, outubro de 2017.

WALKER, M.. Italy's Prime Minister Conte to Resign Amid Struggle Against Covid-19 and Recession: Resignation could lead to new governing coalition or snap elections. **The Wall Street Journal**, Nova Iorque, 25 de Janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/italian-prime-minister-giuseppe-conte-to-resign-11611599680> Acesso em: 11 dez. 2023.